

INSTITUTO TECNOLÓGICO DE AERONÁUTICA



Alciel Alves Socorro

TRATAMENTO DE PROGRAMA DE DEMANDA SOCIAL-
TORNANDO A UNIVERSIDADE ACESSÍVEL ÀS PESSOAS DE
BAIXA-RENDA

Trabalho de Graduação
2003

INFRA

ALCIEL ALVES SOCORRO

**TRATAMENTO DE PROGRAMA DE DEMANDA SOCIAL-
TORNANDO A UNIVERSIDADE ACESSÍVEL ÀS PESSOAS DE
BAIXA-RENDA**

Orientador
Prof. Dr. Eugênio Vertamatti

DIVISÃO DE ENGENHARIA DE INFRA-ESTRUTURA AERONÁUTICA

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
CENTRO TÉCNICO AEROESPACIAL
INSTITUTO TECNOLÓGICO DE AERONÁUTICA

2003

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Divisão Biblioteca Central do ITA/CTA

Socorro, Alciel Alves
Tratamento de programa de demanda social – tornando a Universidade acessível às pessoas de baixa renda/ Alciel Alves Socorro
São José dos Campos, 2003.
58f

Trabalho de Graduação – Divisão de Engenharia de Infra-estrutura Aeronáutica –
Instituto Tecnológico de Aeronáutica, 2003. Orientador: Prof. Dr. Eugênio Vertamatti

1. Programas sociais. 2. Terceiro Setor. 3. Trabalho voluntário. I. Centro Técnico Aeroespacial.
Instituto Tecnológico de Aeronáutica. Divisão de Engenharia de Infra-estrutura Aeronáutica. II. Título

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

SOCORRO, Alciel Alves; **Tratamento de programa de demanda social – tornando a Universidade acessível às pessoas de baixa renda**. 2003. 58. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação) – Instituto Tecnológico de Aeronáutica, São José dos Campos.

CESSÃO DE DIREITOS

NOME DO AUTOR: Alciel Alves Socorro

TÍTULO DO TRABALHO: Tratamento de programa de demanda social – tornando a Universidade acessível às pessoas de baixa renda

TIPO DO TRABALHO/ANO: Graduação /2003

É concedida ao Instituto Tecnológico de Aeronáutica permissão para reproduzir cópias deste trabalho de graduação e para emprestar ou vender cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta monografia de graduação pode ser reproduzida sem a autorização do autor.




Alciel Alves Socorro
Rua Koichi Matsumura 173
CEP 12235 180

**TRATAMENTO DE PROGRAMA DE DEMANDA SOCIAL-
TORNANDO A UNIVERSIDADE ACESSÍVEL ÀS PESSOAS DE
BAIXA-RENDA**

Essa publicação foi aceita como Relatório Final de Trabalho de Graduação



Alciel Alves Socorro
Autor



Prof. Dr Eugênio Vertamatti
Orientador



Cláudio Jorge Pinto Alves – chefe da IEI

São José dos Campos, 12 de novembro de 2003

AGRADECIMENTOS

À Associação Curso Vencedor na pessoa de seus diretores, seus alunos e seu imenso corpo de voluntários, pela existência e motivação desse trabalho.

Ao Prof. Dr. Eugênio Vertamatti, pela oportunidade de divulgar o trabalho social e a filantropia nas dependências ainda pétreas dos ambientes acadêmicos.

RESUMO

A facilitação do ingresso de pessoas das classes sociais menos favorecidas às Universidades representa um passo muito importante na democratização do Ensino Superior, que ainda hoje é visto como um privilégio das elites. Os benefícios sociais de um processo como esse vão desde a melhor distribuição de renda, que no

Brasil é uma das piores do mundo, até a quebra de longos ciclos de pobreza familiar. Apesar da existência das Universidades públicas, que são gratuitas e, em tese, suscetíveis de serem freqüentadas pelos mais pobres, o problema de acessibilidade à Educação Superior esbarra no Ensino Médio. Para se ingressar em um curso universitário é necessário ser aprovado em um exame de admissão, o vestibular, que nas Universidades públicas é tão concorrido que são favorecidos aqueles candidatos que freqüentaram colégios de melhor qualidade (particulares na sua grande maioria) ou cursos preparatórios – em geral os estudantes de maior renda familiar. Uma das maneiras que têm sido utilizadas por algumas Universidades para que haja uma melhor distribuição entre estudantes provenientes das várias classes sociais nas suas salas de aula é o chamado “sistema de cotas”, um verdadeiro facilitador do exame vestibular que se resume à adoção de critérios de aprovação diferenciados para candidatos de níveis socioeconômicos distintos, o que representa a aceitação da diferença no nível educacional entre pobres e ricos sem propor uma maneira de solucioná-la. Felizmente, o sistema de cotas não é a única maneira de se facilitar o ingresso dos carentes na Universidade pública, já que é possível complementar-lhes a educação do Ensino Médio de tal forma a permitir que concorram nos vestibulares em condições de igualdade com os candidatos das classes mais favorecidas. Nesse contexto, procura-se descrever, de maneira simples e didática, a estruturação e os aspectos gerais da implantação de um empreendimento de caráter social com base voluntária universitária visando suprir a falta de projetos sociais que permitam a estudantes de curso superior intervirem substancialmente na melhoria de vida da população carente, oferecendo uma forma de corrigir deficiências educacionais que possam impedir o ingresso na Universidade pública. Este trabalho serve, então, como ponto de partida para indicar a geração de oportunidades à população carente através do trabalho voluntário de estudantes universitários que, em parceria com suas Universidades, podem cumprir seu papel social participando da formação de uma sociedade mais justa usando como ferramenta seu maior patrimônio: o conhecimento.

ABSTRACT

The facilitation of the ingression of people of the less favored social classes to the Universities represents an important step in the democratization of Superior Education, that is still seen as an elite's privilege. The social benefits of a process as this go since the best distribution of income, that in Brazil is one of the worse ones of the world, until the cycle in addition long of familiar poverty. Despite the existence of the public Universities, that are gratuitous and, in theses, susceptible to be frequented for poor, the problem of accessibility to the Superior Education stops in High School. To enter itself a university course it is necessary, before everything, being approved in an admission examination, the vestibular contest, that in the public Universities is so concurred that those candidates are favored who had frequented preparatory courses of better quality, in general the students of better familiar income. One in the ways that have been used for some public Universities so that it has one better distribution between students proceeding from the some social classes in its classrooms is the named "sistem of quotas", a help to the "vestibular" that summarizes to the adoption of differentiated criteria of approval for candidates from distinct socioeconomic levels, what represents the acceptance of the difference in the educational level between rich and poor persons and without considering a way to solve it. Happily, the system of quotas is not the only way of facilitating the ingression of the devoid ones in the public University, since education is possible complementary to them it to allow that they concur, in the vestibular contests, in conditions of equality with the other candidates. It is in this context that exactly is looked to describe, in simple and didactic way, the estruturation and the implantatio general aspects of an social enterprise using university voluntaries, aiming at to supply the lack of social projects that the students of superior course allow to intervine substantially in the improvement of life of the devoid population, offering a form to correct educational deficiencies that can hinder the ingression in the public University. This work serves, then, as starting point to indicate the generation of chances to the devoid population by the voluntary work of university students who, in partnership with their University, can fulfill their social responsibility, participating of the formation of a society more joust using as tool their bigger patrimony: the knowledge.

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	9
1.1	INTRODUÇÃO.....	10
1.2	O CONHECIMENTO NA QUEBRA DOS CICLOS DE POBREZA	13
1.3	O COMPARTILHAR DO CONHECIMENTO.....	16
1.4	O PAPEL SOCIAL DA UNIVERSIDADE	19
2	O MODELO: O CASD VESTIBULARES.....	23
2.1	HISTÓRICO DO CASD VESTIBULARES.....	25
2.2	AS ONG E A ASSOCIAÇÃO CURSO VENCEDOR: VANGUARDA	28
2.3	ESTIMATIVA DO RETORNO SOCIAL.....	29
2.4	OS BENEFÍCIOS PARA A UNIVERSIDADE.....	32
2.5	OS BENEFÍCIOS PARA OS UNIVERSITÁRIOS	34
3	REPRODUZINDO A IDÉIA – O EMPREENDIMENTO SOCIAL	36
3.1	A PROPOSTA ORIGINAL	37
3.2	COMO SE DISTORCEM OS OBJETIVOS.....	38
3.3	MISSÃO E VISÃO	40
3.4	RECURSOS NECESSÁRIOS.....	41
3.4.1	O primeiro corpo de voluntários e diretores.....	42
3.4.2	A obtenção do local.....	44
3.4.3	Componentes do Ensino	46
3.4.4	Exemplo de dimensionamento de equipe de voluntários	49
3.4.5	Capital necessário.....	51
3.4.6	Obtenção de capital	53
3.5	OS PROFESSORES E ALUNOS	55
3.5.1	O processo de seleção de professores.....	56
3.5.2	O processo de seleção de alunos.....	58
3.5.3	A Avaliação de Renda	59
3.5.4	O Vestibulinho.....	62
4	CONCLUSÃO.....	63
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	65
7	SUGESTÕES PARA TRABALHOS POSTERIORES.....	66

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Todo trabalho de cunho social baseia-se numa demanda que foi gerada por um público de excluídos, quando essa palavra é entendida nos vários sentidos que ela pode assumir: exclusão étnica, exclusão social, exclusão econômica, etc.

Esse público de excluídos é resultado de alguma desigualdade, crise ou falta de direcionamento das políticas públicas, não possuindo jamais uma causa única. São os responsáveis por essas causas a sociedade e o governo: a primeira porque é conivente com a exclusão, e o outro porque não cria os meios necessários à sua solução. Essa interação entre causas nos indica que é necessária, sempre, uma mobilização dos dois setores – público e civil - para solucionar problemas no âmbito social.

A postura do indivíduo de uma sociedade perante os problemas sociais determina o seu grau de comprometimento com o “ser cidadão”. A posição passiva é a aceitação do “não tenho nada a ver com isso” ou do “isso é obrigação do governo”, esquecendo-se da referida dupla responsabilidade.

Aguardar a criação de políticas públicas ou a atuação do governo para aquele caso específico de demanda social representa só uma transferência de responsabilidades. Aceitar o problema social e não compreender o cidadão como indivíduo capaz de intervir positivamente na sua solução é esquecer-se de que quem faz os governos é a sociedade – e não o contrário.

A demanda social continuará existindo se não houver ação social, e nada terá sido feito para satisfazê-la: continuarão existindo os pobres, os miseráveis, os excluídos. É necessário mobilização da sociedade para a resolução dos seus problemas, e por isso é importante que o cidadão enxergue a existência de uma demanda social como uma responsabilidade também sua.

Nesse contexto, é oportuno citar aqui que há uma demanda social por Educação aguardando o apoio da sociedade civil para ser solucionada. Uma demanda por oportunidade de frequentar as salas das Universidades, de possuir uma formação superior e, conseqüentemente, uma profissão que permita obter trabalho digno com renda também digna e justa.

Há uma multidão de excluídos, principalmente jovens, à espera de alguma ação capaz de lhes passar conhecimentos e mudar suas vidas – capaz de ajudá-los a alcançar o que parece-lhes inacessível: o nível universitário.

1.1 INTRODUÇÃO

O Brasil é o quinto maior país do mundo em extensão territorial. Suas dimensões continentais são caracterizadas pela diversidade cultural e ambiental. Essa grande diversidade, que é uma constante em vários outros aspectos demográficos, faz do Brasil um país de diferenças. Diferenças positivas e negativas que se revezam para alegrar ou entristecer um povo formado pela miscigenação de várias raças e culturas, as quais se mesclam numa paisagem que alterna a maior floresta tropical do mundo com os sertões semi-áridos e florestas temperadas de características genuinamente européias.

A quinta maior população do mundo vive essa diversidade de várias formas. Na situação de pobreza e de indigência, contingentes de 42 milhões e 16 milhões de pessoas respectivamente (30, 2% da população) lutam pela sobrevivência. [1]

A desigualdade social é tanta que a camada correspondente a 1% da população com maior renda do país recebeu em 2002 mais do que os 40% de menor renda. [1]

Considerando a atual conjuntura de nosso país enquanto nação em desenvolvimento, e a grande diferença existente entre ricos e pobres no contexto de uma das piores distribuições de renda do mundo, a sociedade brasileira tem se mobilizado positivamente no sentido de minimizar os efeitos dessa triste situação social através do trabalho voluntário.

Cerca de 22,6% da população brasileira é voluntária, o que representa 30 milhões de brasileiros que se dedicam a atividades sociais. São Paulo é o estado que mais se dedica à filantropia - 56,84% dos moradores fazem algum tipo de trabalho voluntário. O Rio de Janeiro vem em segundo lugar, com 12,41%. [2]

Estima-se que 14 milhões de jovens e 10 milhões de adultos querem ser voluntários em algum projeto social, mas não sabem por onde começar.

No entanto, somente 7% dos jovens brasileiros são voluntários. Nos Estados Unidos, esse número sobe para 62%. [2]

Essas estatísticas demonstram que há um grande potencial de crescimento no número de trabalhadores voluntários na massa de jovens brasileiros.

No entanto, os mesmos dados também indicam que é mais difícil para os jovens encontrarem alguma forma de trabalhar voluntariamente, já que 40% dos mais jovens (cerca de 4 milhões) que adultos consideram-se desejosos de atuar como voluntários sem ter como. Essa afirmação é muito importante porque demonstra que deve haver algum aspecto conjuntural do trabalho voluntário que o tem tornado menos acessível aos jovens.

Talvez seja possível afirmar que faltam propostas de projetos sociais que sejam capazes de realmente integrar esses jovens aos movimentos de voluntariado. Propostas que devem ser acessíveis àqueles que tem o universo de atividades normalmente restrito à escola.

Deve-se analisar, por exemplo, que o indivíduo já profissionalizado pode trabalhar voluntariamente em sua especialidade profissional, ou então exercer atividades que simplesmente lhe dêem satisfação pessoal nas horas vagas. Esse mesmo indivíduo poderá dispender recursos financeiros para colaborar com projetos sociais através de doações em dinheiro ou em bens (R\$158,00 ano é a média das doações por pessoa) [2] e disponibilizar tempo suficiente para o desenvolvimento de atividades mais complexas e de maior responsabilidade também na área social.

Os jovens não costumam ter todas essas facilidades quando resolvem ser trabalhadores voluntários, já que normalmente não possuem ainda profissão que lhes torne capazes de atuar numa modalidade específica dentro de projetos sociais. Muito menos possuem independência financeira que permita-lhes dispender recursos financeiros para realizar doações ou custear despesas que esse trabalho possa vir a trazer. A falta de uma especialização que permita trabalho afim poderá deslocá-los para tarefas puramente operacionais e pouco desafiadoras, o que, em resumo, poderá resultar em uma experiência catastrófica e uma visão totalmente controvertida do significado do trabalho voluntário. Além disso, por estar em fase de escolarização, é tarefa primordial do jovem a realização de suas atividades escolares, o que demanda muito tempo. Esse tempo poderá tornar-se um fator impeditivo na realização de outras atividades, já que a prioridade deve continuar sendo os estudos, sempre. A realização do trabalho voluntário poderá consumir parte desse tempo precioso ou então desviar o jovem estudante de suas atividades essenciais.

Pode-se concluir, então, que o tipo de trabalho voluntário ao qual deva ser encaminhado um jovem estudante deve ter peculiaridades tais que sejam capazes de garantir:

- dispêndio de tempo tal que não prejudique a realização das atividades escolares;
- realização de atividades tão desafiadoras e motivantes que tornarão esse trabalho uma experiência positiva, a ponto de estimular a atuação em outros projetos de cunho social no futuro;
- aquisição de conhecimento e valores capazes de interferir na elaboração da vida profissional; e

- possibilidade da execução de uma tarefa especializada que seja compatível com a bagagem intelectual que já possui.

Conciliar todos essas características num único projeto social não parece uma tarefa fácil, principalmente porque isso envolve a construção de toda uma estrutura organizacional e institucional de características em demasiado distintas, mesmo para o universo do Terceiro Setor (setor econômico que congrega as instituições de caráter assistencial) que, aliás, não previu precisamente a existência de jovens em suas estruturas de voluntariado.

É possível concluir, dessa maneira, que falta uma proposta de empreendimento com caráter social que seja capaz de congrega todos esses quesitos, mostrando-se como uma maneira eficaz de permitir que jovens interfiram positivamente na sociedade através do trabalho voluntário.

Para fornecer uma solução para esse problema foi elaborado este trabalho, que representa o esforço em se propagar a iniciativa de jovens universitários do Instituto Tecnológico de Aeronáutica, de São José dos Campos – SP, que criaram, em 1997, o CASD Vestibulares, entidade educacional sem fins lucrativos que oferece curso pré-vestibular de boa qualidade a baixo custo para pessoas de baixa renda da região, com o objetivo de facilitar o seu acesso à Universidade Pública e permitir a melhoria de suas condições de vida através da formação em nível superior.[3]

1.2 O CONHECIMENTO NA QUEBRA DOS CICLOS DE POBREZA

A relação entre o nível de escolaridade de uma população e sua renda é algo indiscutível - aumentos nos níveis de escolarização em uma sociedade são acompanhados de aumentos nos níveis de renda, com melhorias proporcionais nas condições de vida.

Segundo dados do Núcleo de Pesquisas sobre o Ensino Superior da Universidade de São Paulo [4], as famílias cujos chefes possuem de um a cinco anos de estudo ganham, em média, de R\$ 500 a R\$ 1.300 por mês, o que significa um aumento de R\$ 200 para cada ano a mais de estudos. De seis a 11 anos, a renda média mensal sobe para R\$ 1.500, com acréscimos de R\$ 400 para cada ano estudado. Após essa faixa, situa-se o ainda restrito grupo que chega às Universidades, com renda em torno de R\$ 3.400 e aumentos de R\$ 400 para cada ano a mais de permanência na escola. A figura 1 ilustra essa situação.

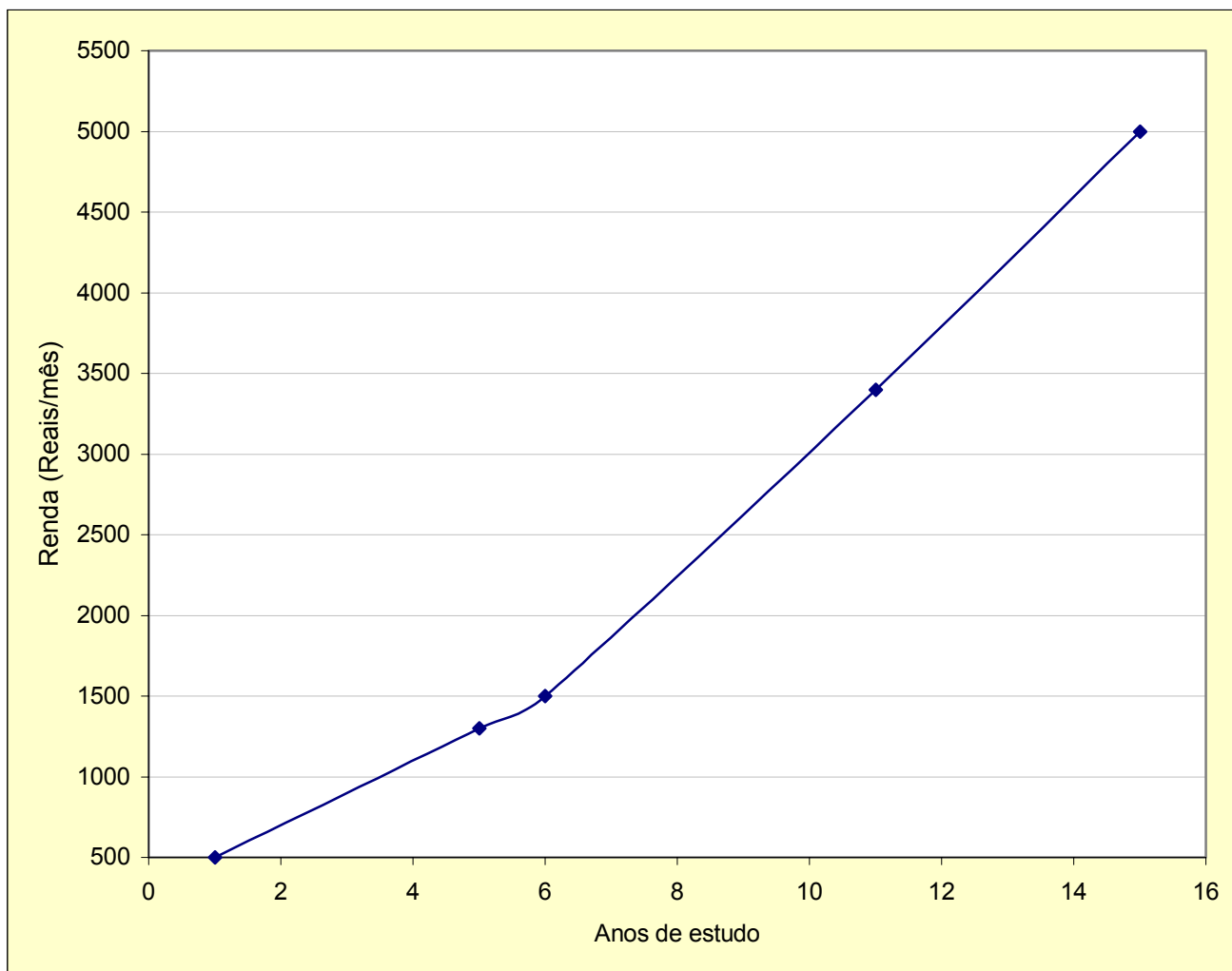


Figura 1: Relação entre escolaridade e renda

A situação do Brasil nesse contexto, no entanto, não é uma das mais animadoras. Dados de 1998 do anuário de indicadores educacionais da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, OCDE [5], indicam que o Brasil possui uma das menores taxas de escolarização líquida no ensino superior na faixa etária de 18 a 21 anos, período que corresponde ao término dos estudos a nível secundário. O percentual da população nessa faixa de idade que frequenta o ensino superior é de apenas 6,1%, para uma média de 23,2%, 3,8 vezes maior que a brasileira. Essa estatística tem uma implicação muito séria na composição da população brasileira: apenas 9% dela possui nível superior, contra uma média igual a 13%. O resultado final desses e de outros indicadores de escolaridade tão baixos é a diminuição considerável da renda, e, portanto, das condições gerais de vida da população.

A falta de escolaridade do chefe de família afeta sua renda e também, ou por conseqüência, a performance educacional de seus filhos, dificultando sua escolarização.

Segundo dados da Universidade Estadual de Campinas – SP [6] uma média de 60% dos seus ingressantes tem pais que atingiram nível superior - num universo de apenas 9% da população brasileira com essa escolaridade.

É possível afirmar, por conseguinte, que a escolaridade dos pais tem sido um fator condicionante ao ingresso de jovens no nível superior. Basicamente infere-se que o fato dos pais terem curso superior aumenta em mais de 6 vezes as chances de um jovem ter acesso a esse nível educacional.

Isso significa que a melhoria da escolaridade de um indivíduo numa família carente poderá refletir-se em várias gerações, devido à melhoria de renda. Terá como uma de suas conseqüências a maior escolarização de seus filhos, o que indica que o investimento na escolarização superior de um indivíduo carente representará a melhoria nas condições de vida das gerações subseqüentes.

É possível afirmar que nesses casos se instalou, graças a esse investimento, o rompimento de um ciclo de pobreza: várias gerações que estariam condenadas a baixos níveis de renda e escolarização tiveram suas condições de vida amenizadas e suas chances de ascensão social ampliadas devido à ação pontual em um dos membros da cadeia de progenitores. Melhorar-se a condição educacional de um indivíduo é permitir que um futuro pai ou mãe ofereça melhores condições aos seus filhos, e isso refletir-se-á diretamente no aumento das chances e das condições de vida deles no futuro para as gerações que se seguirão. O somatório de eventos desse tipo e longo prazo permitirá que, exponencialmente, haja mudanças significativas nas condições de vida da população carente.

Essas melhorias podem ser vistas como definitivas pelo período de tempo que poderão abranger, e diferem significativamente daquelas resultantes de projetos assistencialistas, igualmente necessários, mas paliativos considerando-se um contexto de exclusão social.

O indivíduo assistido pelo assistencialismo não é inserido socialmente, pois que normalmente tem seu sofrimento e sua necessidade instantânea apenas abrandada por uma medida que lhe permite prorrogar sua sobrevivência. O assistencialismo é extremamente necessário, e nos estados de agonia social é a única maneira de garantir que haja futuro para os pobres e miseráveis, mas não resolve o problema da exclusão social.

É por isso, então, que o assistencialismo não deve ser a única maneira de se encarar o problema da pobreza, já que ele não inclui socialmente ninguém. Trocando em miúdos, apenas “dá o peixe”, mas não “ensina a pescar”.

Um grande projeto que distribuía alimentos para os pobres diminuiu o número de famintos, mas não o número de pobres. É extremamente válido, porque do contrário essas pessoas nem sequer teriam futuro, ou expectativas, ou esperança. Mas apenas fazer isso não melhora indicadores sociais, não melhora distribuição de renda e tampouco faz um país parecer mais justo. É necessário, também, que haja ramos na sociedade capazes de oferecer algo mais que o simples assistencialismo, pois deseja-se que o número de pobres diminua e que a renda seja melhor distribuída num país socialmente mais justo.

Fornecer à população condições completas de educação, por sua vez, permite a formação de indivíduos capazes de ter melhores condições de renda, as quais serão provenientes do seu próprio trabalho. Representa um processo tão importante quanto o assistencialismo, já que completa a possibilidade de sobrevivência fornecida por ele, dando uma perspectiva de futuro.

1.3 O COMPARTILHAR DO CONHECIMENTO

Como já descrito anteriormente, há um número muito grande de jovens que gostariam de realizar algum tipo de trabalho voluntário, mas não sabem como. Já foi dito, também, que uma das causas dessa indefinição está presente no fato do jovem normalmente não ter uma formação profissional que lhe permita trabalhar voluntariamente numa área específica, ou então no fato dele não possuir tempo suficiente para se dedicar a esse tipo de atividade. Associado a isso, citou-se que as tarefas que poderiam ser direcionadas a eles podem resumir-se a trabalhos muito pouco especializados, incapazes de desenvolver aptidões que realmente serão importantes para um futuro profissional, o que lhes poderá parecer vão ou desmotivante.

Quando se fala mais especificamente dos jovens universitários, a questão se torna mais complexa, porque há uma perspectiva de formação dada pela Universidade e um conjunto de características que deverão estar presentes no profissional que será entregue ao mercado, exigidas também pela sociedade, as quais são representadas por uma série de habilidades que deverão ser enriquecidas ou desenvolvidas num período muito curto de tempo - em geral durante os 4 ou 5 anos que correspondem ao período de formação acadêmica.

Isso significa que o universitário encontra-se numa corrida contra o tempo para formar-se como um profissional diferenciado: precisa desenvolver aptidões pessoais essenciais ao exercício de suas funções no mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que adquire a cota de conhecimento acadêmico que lhe é disponibilizada para que seu desempenho técnico seja possível. E, além disso, a sociedade precisa de profissionais diferenciados, porque é essa diferenciação que traz a evolução, a criatividade e o progresso.

Para o universitário, o trabalho voluntário pode ser uma grande escola para que possa adquirir uma série de aptidões pessoais – um aspecto complementar à formação técnica dada pela Universidade. Fazendo parte de um projeto social poderá aprender a trabalhar em grupo, ter responsabilidade e entender a importância da ação social enquanto modificadora das desigualdades sociais que assolam o país. Nesse ponto, parece interessante que os universitários realizem algum tipo de trabalho voluntário.

No entanto, nem todo trabalho voluntário é capaz de atender, com igual desempenho e em tão curto espaço de tempo, aos requisitos necessários à formação de um bom profissional nos aspectos extra-universidade.

Apesar dos valores humanísticos que poderão ser desenvolvidos, não faz muito sentido envolver o jovem universitário em trabalhos assistenciais que ocupem unicamente o tempo e

esforço físico, já que esse tipo de trabalho não necessita da escolaridade e da aplicação de conhecimentos que muitas vezes só eles possuem.

A título de exemplo, pode parecer muito interessante que um grupo de estudantes universitários saia às ruas para captar alimentos, os quais serão distribuídos aos pobres de uma favela. Mas, há algumas questões que devem ser levantadas:

- Estão sendo utilizadas habilidades que tornam esses estudantes distintos daqueles que são assistidos?
- São eles os mais indicados para esse tipo de tarefa?
- Todo o seu potencial está sendo devidamente explorado?
- A ação realizada é capaz de melhorar as condições da sociedade de maneira definitiva?

A resposta clara para todas essas perguntas é não.

Um estudante universitário pertence a um grupo de pessoas tão restrito em termos de escolaridade que representa menos de 10% da população do país. Possui, portanto, como um grande diferencial seu em relação aos outros 90% da população o fato de possuir um nível de conhecimentos que supera, em muito, à média nacional.

Por isso, quando realiza tarefas meramente operacionais, não se utiliza de habilidades que o diferenciam do restante da população menos escolarizada: está realizando um trabalho que qualquer outro poderia fazer, com igual ou maior eficiência, inclusive.

Além disso, o resultado de seu trabalho, nesse caso, representa uma ação assistencial paliativa, já que não resolve a situação de pobreza que assola aos assistidos, e muito menos lhes dá uma perspectiva de futuro. Explorar devidamente o universitário significa dar a ele a possibilidade de intervir positivamente de uma maneira definitiva da qual, crê-se, ele é capaz.

Agora, se o nível de conhecimento e a escolaridade que o estudante universitário possui é um bem escasso de que tanto necessita a sociedade para o aumento da renda e para a melhoria das condições de vida (já que foi mostrado que o aumento da renda está associado diretamente com o aumento da escolaridade), nada melhor que utilizar desse conhecimento para promover mudanças na sociedade.

Compartilhar desse conhecimento com a sociedade é, então, a melhor ação social que um estudante universitário pode realizar. E para compartilhar desse conhecimento deve o

estudante envolver-se num tipo de trabalho voluntário que lhe permita colaborar com a educação, ajudando a permitir que outras pessoas atinjam o nível educacional que ele atingiu.

Por isso, trabalhar num empreendimento social de carácter educacional talvez seja o tipo de trabalho voluntário mais adequado aos universitários de maneira geral, pois há uma coisa comum a todos eles: o conhecimento.

Dentro desse empreendimento educacional haverá a possibilidade de se exercitarem habilidades profissionais, já que a educação é formada por aspectos muito amplos. Além disso, treina-se uma postura de “compartilhador de conhecimento” – que, certamente, poderá gerar muitos resultados positivos à sociedade: se desde os tempos de Universidade o estudante adota essa postura, certamente será entronizado um comportamento tal que fará com que compartilhar conhecimentos adquiridos torne-se uma constante na sua futura vida profissional.

Pode-se concluir, então, que se o grande diferencial dos estudantes universitários em relação à sociedade como um todo é o conhecimento, nada mais adequado eles compartilharem desse conhecimento com aqueles que, menos favorecidos, poderão ter suas vidas modificadas por ele. E como admite-se que o aumento da escolaridade vem acompanhado de aumento de renda, é possível crer que uma ação social nesse sentido trará resultados definitivos na melhoria das desigualdades sociais que assolam a nação.

Por isso, manter o universitário em atividades meramente operacionais é um desperdício de conhecimento, o qual ele deveria estar trabalhando para ajudar a propagar.

E como agir para propagar esse conhecimento?

Ensinando, ou ajudando a ensinar.

1.4 O PAPEL SOCIAL DA UNIVERSIDADE

Para compreendermos a função estratégica que a Universidade possui na quebra dos ciclos de pobreza através do aumento da escolaridade da população, deve-se compreender que, antes de qualquer coisa, essa instituição deve ter mecanismos que colaborem ativamente com esse processo, sem esperar de braços cruzados que algum milagre social permita que os mais pobres tenham acesso a ela.

Pode parecer que o seu papel está em permitir a entrada dos mais pobres em suas salas de aula através de tratamento diferenciado que os favoreça. Mas tal papel representaria uma posição passiva perante a educação como um todo, que dura, pelo menos onze anos até atingir a Universidade.

Aceitar que a responsabilidade da Universidade começa em sua porta é deixar ao relento por pelo menos onze anos o estudante pobre. Assim, não é apenas facilitando seu ingresso que ela colaborará com a quebra dos ciclos de pobreza e com a democratização da educação superior, mas atuando nos níveis de escolarização cada vez mais próximos da educação de base.

O seu papel é, portanto, muito mais amplo - está presente desde a educação de base até onde, está inserida, que é a educação superior. O próprio termo Universidade tem origem no vocábulo latino *universitas*, que significa totalidade ou universalidade.[7]

Por isso, deve a mesma colaborar para que a educação seja acessível a todos e não somente no nível superior, que é seu ambiente mais específico, esforçando-se para ser verdadeiramente universal. Uma metáfora faz com que essa situação seja comparável àquela do marceneiro que, ao concertar uma escada, esqueceu-se de realizar o trabalho nos degraus iniciais. Como subir até o topo do muro usando essa escada, se os degraus da base estão quebrados? A escada do conhecimento dos mais pobres está quebrada nas bases, e é dever da Universidade participar do conserto.

Sobre esse papel social da Universidade, afirmou o ministro da Educação Cristovam Buarque [8] na Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Nível Superior (Andifes), em 20 de fevereiro de 2003:

“A universidade, portanto, tem uma dívida para pagar neste momento. Está na hora de completarmos a república e abolirmos completamente a escravidão, erradicando as necessidades essenciais de uma parte significativa da população. Chegou a hora de termos um

papel de deixar na história a marca do movimento universitário, que foi tão forte na redemocratização de 1945 e de 1985 e no impeachment de 1992”.

E acrescenta:

“O papel social da Universidade não tem que estar apenas na extensão. Tem que estar no currículo de todos os cursos, na estrutura de sua organização. Popularizar a Universidade não é aumentar o número de alunos. É fazer com que os poucos que saem delas trabalhem para todos e não que alguns poucos das massas entrem nela.

A Universidade não é elitista porque só recebe os filhos de ricos, mas porque os poucos pobres que nela entram, quando saem só trabalham para os ricos. Se só entrassem os ricos na Universidade, mas ao sair trabalhassem para resolver os problemas nacionais das massas pobres, ela não seria elitista. Ela é elitista não pelo número de vagas no estacionamento, nem pela qualidade da roupa que as pessoas usam, mas pelo tipo de cabeça dos alunos que nela estudam. É no currículo que está a mudança, mais do que na forma de ingresso.

Hoje, se armou um grande debate sobre popularizar as Universidades e facilitar seu ingresso. Não esqueçam, porém, que no Brasil os pobres não terminam a 4ª série do 1º grau e poucos terminam a 8ª série. Quase nenhum termina o ensino médio. Então, só entrarão na Universidade os raros pobres que chegaram até o final do ensino médio”.

O discurso do ministro deixa bem clara a missão que está sendo imputada à Universidade - participar da democratização da educação e de uma mudança definitiva na sociedade, através da adoção de um programa curricular diferenciado que, além de formar técnicos, forme profissionais que sejam capazes de produzir, como frutos de seu trabalho, não só aquilo que possa beneficiar as elites.

O que se quer dizer com isso é que a preocupação com a sociedade deve ser incluída na formação universitária, de alguma forma. E a Universidade deve, então, fornecer aos estudantes um conjunto de atividades tais que permita que seja desenvolvida neles a capacidade de compreender seu papel social, e o real objetivo do seu trabalho enquanto cidadãos capazes de intervir na melhoria das condições de vida de seu país.

Disso resulta que a mesma deverá tomar um papel ativo na formação dos seus estudantes enquanto cidadãos. A formação superior representará a preparação de profissionais –acima de tudo cidadãos, que trabalhem pela sociedade, e não só por si mesmos.

A tarefa proposta pelo ministro não é simples, pois não é acrescentando-se uma disciplina específica nas grades curriculares com a finalidade de formar cidadãos que a Universidade será capaz de formar profissionais cidadãos. Deve haver uma mudança na cultura acadêmica que permita a ela valorizar o empreendedorismo social em detrimento do academicismo puro e egocêntrico. A Universidade necessita ter em mente que deve servir à sociedade e não às elites e seus interesses. Por isso, é importante indicar que, antes de tudo, se faz necessário atuar na sociedade.

Pode-se imaginar que o estudante que passar a se dedicar a atividades de trabalho voltados à sociedade terá menos tempo para as atividades acadêmicas, e, por isso, poderá vir a ser prejudicado em sua formação profissional. Essa posição é a demonstração clara da cultura de valorização unilateral dos aspectos técnicos na formação acadêmica, já que chama de prejuízo o conjunto de valores adquiridos nessas atividades de exercício de cidadania.

No caso das Universidades públicas, há ainda um aspecto ético-utilitarista para se considerar: elas absorvem cerca de 1,2% do Produto Interno Bruto nacional para manterem suas atividades, e esse dinheiro é proveniente da sociedade como um todo – ricos e pobres. Para quê investir tanto dinheiro de toda uma sociedade que possui tantos problemas sociais em indivíduos que de nada servirão a ela? Para quê formar, com o dinheiro da sociedade, indivíduos que só se servirão a si mesmos?

A cultura de intervenção na sociedade deve, pois, fazer parte da formação profissional, como, dever ético-moral, quase que uma obrigação. E essa cultura deve ser mais acentuada na Universidade pública que, mantida pela sociedade, deve retornar a esta aquilo que nela é investido.

Há, no entanto, um outro aspecto importante a se considerar nesse processo de formação de cidadãos a ser admitido pela Universidade: uma mudança pessoal é incentivada, jamais imposta. Ou seja, não é possível acrescentar valores de intervenção social obrigando os estudantes a fazê-lo – o efeito, aliás, pode ser catastrófico.

A Universidade deve, então, servir de catalisadora nesse processo, jamais dona, incentivando o trabalho voluntário e a estruturação de empreendimentos e projetos sociais pelos seus alunos. Quando passar a fazer isso, estará cumprindo esse papel social de devolver à sociedade aquilo que lhe é investido, e também gerando profissionais capazes de atuar de maneira altruísta e socialmente generalizada.

É importante notar, também, que as Universidades por si só já possuem um certo *status quo* ligado às atividades de ensino, já que esse é seu objetivo principal. Se ensinar é sua especialidade, pode-se considerar que há toda uma estrutura, física e pedagógica, para

tornar isso possível. Dessa forma, é válido ponderar-se que utilizar dessa infra-estrutura e desse *know-how* educacional para catalisar atividades de seus estudantes para a sociedade, de forma a participar da formação deles enquanto cidadãos, parece algo bastante razoável e adequado.

Não se está pedindo das Universidades que utilizem recursos que não possuem, mas que utilizem daqueles recursos que são sua especialidade para colaborar com atividades que possam retornar benefícios à comunidade, enxergando tais atividades como parte integrante da formação desses futuros profissionais.

Conclue-se, portanto, que parece parte da vocação da Universidade e do seu papel social estimular que seus estudantes realizem atividades que envolvam o compartilhamento de conhecimento e educação com a sociedade, especialmente com os mais carentes, aos quais normalmente ações como essa são mais importantes. Fazendo isso, estará efetivamente colaborando para a democratização da educação e formação de profissionais cidadãos, atingindo seu objetivo mais nobre que é, realmente, ser universal.

2 O MODELO: O CASD VESTIBULARES

No capítulo anterior, afirmou-se que há um número muito grande de jovens desejosos de realizar algum tipo de trabalho voluntário e que, no contexto universitário, caberia à Universidade catalisar a estruturação de empreendimentos de caráter social por seus alunos, devido a um dever moral de democratização do ensino que ela, principalmente se pública, possui.

Levantou-se, também, parecer mais adequado que as atividades de caráter social a serem realizadas pelos universitários fossem ligadas a atividades de propagação de conhecimento e ensino, já que essa é a especialidade da Universidade enquanto instituição, e do universitário enquanto membro de um grupo altamente restrito de portadores de formação escolar habilitante ao nível superior.

No entanto, ainda não foi apresentada nenhuma solução palpável que possa representar um exemplo de trabalho voluntário no contexto da Universidade.

Para demonstrar a possibilidade de realização do que foi descrito, e exibir um modelo que poderá servir de inspiração a outros estudantes universitários, tomou-se o caso da “Associação Curso Vencedor” – conhecida como “Curso Alberto Santos Dumont”, ou simplesmente “CASD Vestibulares” - entidade de caráter filantrópico fundada e administrada totalmente por alunos de Engenharia do Instituto Tecnológico de Aeronáutica – ITA, em São José dos Campos – SP.

Essa instituição atende anualmente cerca de 220 jovens carentes, oferecendo-lhes um curso pré-vestibular de boa qualidade a baixo custo, que lhes possibilita complementar sua formação em nível de Ensino Médio e realizar, de maneira bastante competitiva, os exames vestibulares das Universidades públicas. O número de jovens carentes que acessem a Universidade todos os anos graças ao trabalho do CASD Vestibulares é suficiente para torná-lo conhecido em toda a cidade e ambiente universitário regional.

O objetivo dessa ação é colaborar com a democratização do ensino superior, oferecendo uma alternativa de baixo custo ao suprimento de deficiências escolares em nível de Ensino Médio, fato este que não é atacado de frente pelo “programa de cotas para carentes”.

O caso dessa associação torna-se mais interessante quando se analisa seu crescimento e evolução administrativa, sua participação na mídia e o grau de profissionalismo presente nos seus voluntários, mesmo sendo em sua grande maioria muito jovens. É um exemplo muito

claro de que a participação da juventude universitária em empreendimentos sociais de caráter educacional pode originar projetos sociais muito bem sucedidos.

No CASD Vestibulares, alunos de Engenharia do ITA ministram aulas das mais diversas disciplinas do Ensino Médio em salas de aula cedidas por instituições da cidade. E essas aulas, ao contrário do que se poderia imaginar, não se restringem às Ciências Exatas – mas também abrangem as áreas de Ciências Biológicas e Humanas, demonstrando que, antes de tudo, uma faculdade de primeira linha é um ambiente formado por estudantes capazes de manter-se dentro de uma formação multidisciplinar, mesmo tendo admitido uma formação tão específica na área de Exatas.

Ao mesmo tempo, toda a administração dessa instituição é mantida por esses mesmos alunos, que se revezam ao longo dos anos de faculdade nas posições de diretoria e dentro de departamentos que oferecem todas as atividades de suporte necessárias a um empreendimento educacional do porte que tem o Curso Alberto Santos Dumont.

Para oferecer serviços educacionais de qualidade diferenciada e capazes de atingir plenamente aos objetivos a que se presta, tal empreendimento envolve, em trabalho voluntário, mais de 50 jovens desse Instituto, alguns funcionários remunerados e cerca de 20 colaboradores externos, levando-os a desenvolver valores pessoais, conceitos de trabalho em grupo, responsabilidade social e cidadania.

O apoio dado pelo ITA a essa iniciativa de seus alunos é maior a cada ano, e tem sido um grande fator de sucesso desse projeto, o que demonstra um contexto no qual a faculdade aspira, e muito, a desenvolver nos seus alunos a cidadania e a capacidade de intervenção social ativa para a melhoria das condições gerais da nação.

Nesse sentido, pode-se dizer que, de maneira plena, o ITA participa como catalisador de uma ação social, ao mesmo tempo que seus alunos trabalham por retribuir à sociedade, através do voluntariado, parte dos grandes investimentos que lhes são depositados durante sua formação acadêmica.

É, em suma, a Universidade cumprindo seu papel social.

2.1 HISTÓRICO DO CASD VESTIBULARES

O CASD Vestibulares (Curso Alberto Santos Dumont) [3] é um projeto dos alunos do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) que, em parceria com a Prefeitura Municipal de São José dos Campos e o Colégio Cassiano Ricardo/Anglo Vestibulares, tem o objetivo de oferecer uma oportunidade de preparação para os exames vestibulares àqueles que não têm condições financeiras de frequentar um curso pré-vestibular convencional. Essa iniciativa representa um esforço desses alunos em participarem ativamente da democratização do ensino superior, propagando e compartilhando com a sociedade conhecimento e saber.

Na década de 1970, alunos de graduação do ITA fundaram o "Curso CASD" – ligado ao Centro Acadêmico Santos Dumont (grêmio estudantil que congrega esses alunos), que brevemente se destacou por sua excelência na atuação no ramo educacional. O cursinho fortaleceu-se através das aprovações de seus alunos nos vestibulares mais concorridos do país. Por esta época, o atual prefeito de São José dos Campos, Emanuel Fernandes, ingressou como aluno no "Curso CASD", e veio a se tornar, anos mais tarde, professor e até diretor do cursinho, depois de ingressar no ITA.

Porém, ao final dos anos 70, outros cursos pré-vestibulares comerciais surgiram na cidade. Em virtude da nova concorrência no setor e de dificuldades internas, o "Curso CASD" encerrou suas atividades em 1978.

Em 1997, alunos de graduação do ITA decidiram reativar o curso. O CASD Vestibulares renasceu em 1º de setembro deste ano, mas dessa vez sem vínculos com o Centro Acadêmico Santos Dumont.

Nessa época, em uma sala cedida pelo Curso Objetivo de São José dos Campos, uma turma composta por 60 alunos passou a receber regularmente aulas preparatórias para o vestibular. Embora recriado em suas atividades, o CASD Vestibulares passou a apresentar um novo enfoque educacional, não mais voltado para o setor comercial. A nova proposta do curso, essencialmente sem fins lucrativos, visava atender à população carente da cidade de São José dos Campos e regiões vizinhas, oferecendo ensino de qualidade àqueles que, por razões diversas, não podem arcar com os custos de um pré-vestibular comercial.

Em outubro de 1998, o CASD Vestibulares teve sua pessoa jurídica definida como uma Associação Civil sem fins lucrativos: a "Associação Curso Vencedor" (CNPJ nº 02.839.255/0001-78). Em 11 de julho de 2000, a Lei Municipal no 5696/00, de São José dos Campos, declarou de "Utilidade Pública" a Associação Curso Vencedor.

A Associação Curso Vencedor cresceu muito, mesmo tendo poucos anos de existência. Em 1997, a primeira turma de alunos do CASD Vestibulares contou com 60 alunos. Em 1998, este número cresceu para 100 alunos; em 1999 e 2000, o curso contou com 120 alunos; em 2001, uma nova parceria com o Colégio Anglo - Cassiano Ricardo permitiu o aumento do número de discentes para 200. Já em 2002, o CASD Vestibulares pôde receber 220 alunos e finalmente, em 2003, esse número alcançou os 230 alunos. A figura 2 ilustra tal evolução.

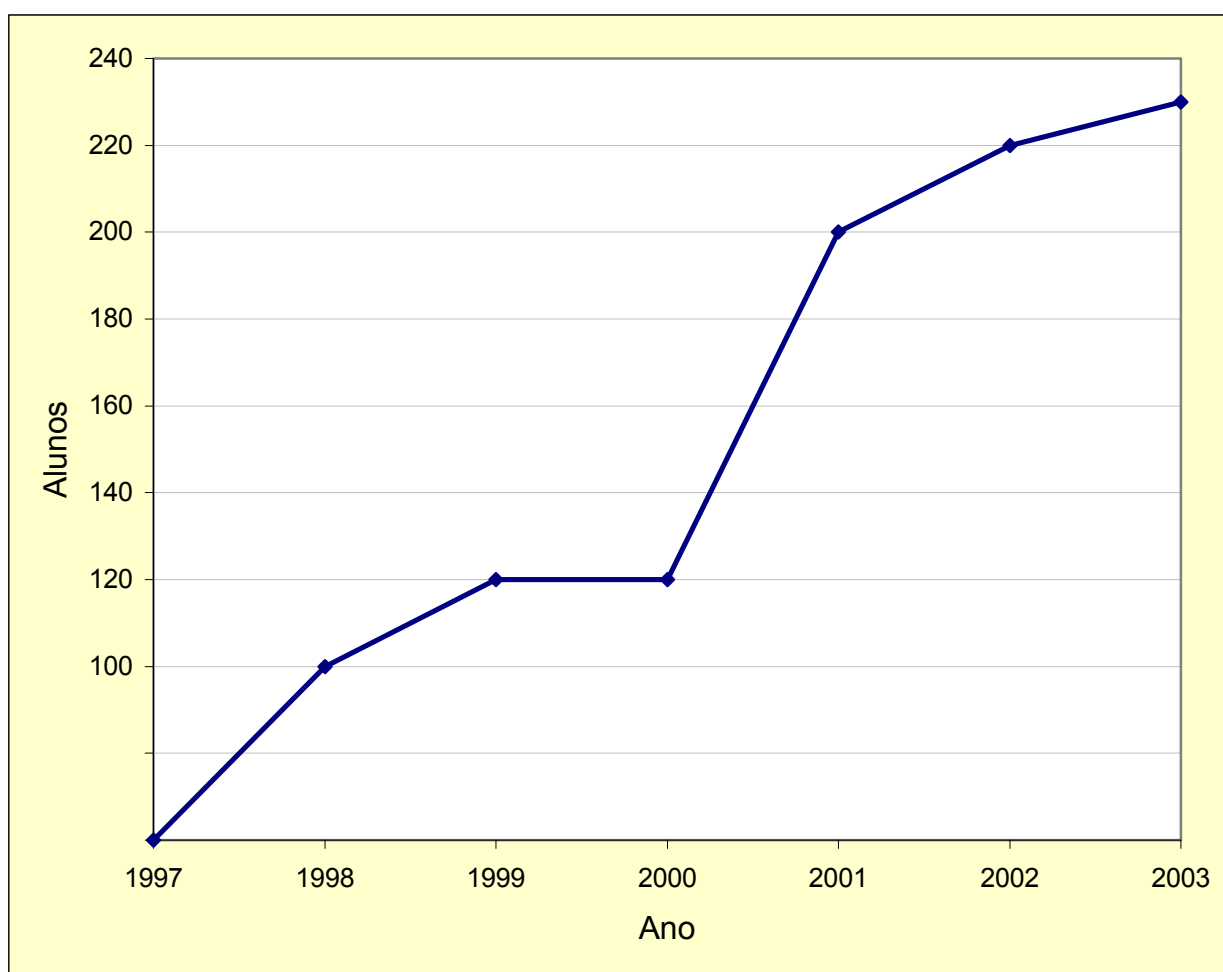


Figura 2: Evolução do número de alunos do CASD Vestibulares

Atualmente, o CASD Vestibulares possui uma parceria importantíssima com o Colégio Anglo – Cassiano Ricardo, que cede a infra-estrutura física essencial para o desenvolvimento de suas atividades. Entretanto, esta infra-estrutura chegou ao seu limite físico, não correspondendo mais às aspirações futuras do curso. Desta forma, surgiu a necessidade unânime de uma sede própria. O curso precisa continuar sua trajetória de crescimento, e para isso precisa de um prédio maior.

Assim, em 2000 foram feitas negociações junto à Prefeitura Municipal de São José dos Campos relativas à doação de um terreno público para a realização das atividades da Associação. Em 2002, estas negociações evoluíram consideravelmente. Assim, em maio de 2002, foi elaborado um projeto de Lei para efetivar a doação de um terreno de 2000 metros quadrados para a Associação. Este projeto foi posto em pauta na Câmara Municipal de Vereadores, e as expectativas concretizaram-se no final de agosto desse mesmo ano: a Associação Curso Vencedor hoje possui o terreno que lhe possibilitará construir o prédio da sua sede própria.

Aliado a um conjunto de estratégias ligadas à captação de recursos financeiros para a construção desse prédio, que vão desde a criação de uma central de xerox no bloco residencial onde vivem os alunos do ITA ao fornecimento de Recursos Humanos para a realização de trabalhos educacionais dos mais diversos, a Associação Curso Vencedor tem planos ambiciosos para a sua sede própria. Estima-se que a construção desse prédio permitirá o aumento do número de alunos atendidos para cerca de 500, o que representará um aumento gigantesco dos serviços que ela presta à sociedade. Além disso, está prevista uma ampliação do corpo de voluntários para um número superior a 100, o que poderá representar cerca de 20% dos alunos do ITA dedicando-se a esse projeto, e portanto ao desenvolvimento de sua cidadania.

2.2 AS ONG E A ASSOCIAÇÃO CURSO VENCEDOR: VANGUARDA

O termo ONG – Organização não-governamental – refere-se de modo genérico a toda organização não pertencente ou vinculada a nenhuma instância de governo, em qualquer nível. Foi utilizada pela primeira vez pelo Conselho Econômico e Social (ECOSOC) das Nações Unidas em 1950 [9]. No Brasil, a sigla ONG começou a ser utilizada na metade da década de 80, referindo-se exclusivamente às organizações que realizavam projetos junto aos movimentos populares na área da promoção social.

São sinônimos de ONG os seguintes termos: Organizações da Sociedade Civil (OSC), Terceiro Setor e Setor sem Fins Lucrativos (*Nonprofit Sector*).

Pode-se dizer que as ONG são grupos sociais organizados que:

- possuem uma função social e política em sua comunidade ou sociedade;
- possuem uma estrutura formal e legal;
- estão relacionadas e ligadas à sociedade ou comunidade através de atos de solidariedade;
- não perseguem lucros financeiros (sem fins lucrativos);
- possuem considerável autonomia.

Por preencher a todos esses requisitos, é possível afirmar-se que a Associação Curso Vencedor, o CASD Vestibulares, é uma ONG fundada e totalmente gerenciada por alunos do ITA. Pode-se afirmar, também, que ela representa os esforços dos universitários dessa faculdade para participarem do Terceiro Setor econômico, realizando seu papel na sociedade.

Esse posicionamento garante a essa associação e aos seus membros uma posição de vanguarda, o que pode ser percebido pela análise da seguinte afirmação do General reformado e escritor Raymundo Negrão Torres [10]:

“A ampliação do Estado far-se-á pela proliferação das ONG que assumirão, progressivamente, funções do poder público, sob o comando de intelectuais orgânicos assalariados e supridos com dinheiro público através de convênios”.

2.3 ESTIMATIVA DO RETORNO SOCIAL

Para discutir a dimensão do retorno social que um projeto como o da Associação Curso Vencedor pode fornecer, é necessário analisar o que significa trabalhar para melhorar a formação de jovens carentes, facilitando seu ingresso na universidade pública.

Como já citado, para cada ano a mais de escolaridade superior, em média há um aumento na renda em torno de R\$400,00/ mês. Isso significa, grosso modo, que fornecer um ano de formação superior a mais a uma pessoa é permitir um aumento de renda bastante significativo, e a formação completa uma verdadeira mudança de nível socioeconômico, caso esse indivíduo antes de adquirir essa formação fosse considerado carente.

Daí que investir em escolarização superior é, de alguma forma, investir em aumento de renda. Mas não apenas isso, é investir na quebra de ciclos de pobreza, pela influência que esse fato pode ter sobre as gerações posteriores.

Do ponto de vista de um único indivíduo os valores financeiros parecem pequenos, mas quando se considera esse processo de investimento em educação para permitir a formação superior dos mais carentes em sua dimensão macro, pode-se concluir que, é uma excelente ferramenta na melhoria na distribuição de renda do país.

O exemplo da Associação Curso Vencedor ilustra bem tal fato: no último ano, 2002, cerca de 80 alunos foram encaminhados ao curso superior por essa instituição [3]. Um fato como esse representa a possibilidade de melhor distribuição da renda, já que implica num aumento de formação escolar em nível superior. Haverá mais dinheiro sendo direcionado à classe mais pobre, e isso é um dado real. Um outro aspecto a se considerar é o benefício do capital público: o custo do aluno carente na Universidade representa um investimento nas classes sociais de menor renda, e por isso também é um fator a mais na melhoria da distribuição de renda.

O resultado desses 80 alunos na Universidade é correspondente ao capital que se ganha quando se aumenta a escolaridade de cada indivíduo em pelo menos 4 anos, que corresponde ao tempo médio de formação universitária. Considerando que cada ano de aumento de escolarização superior corresponde a um ganho de R\$400,00 por mês, pode-se estimar que para um total de 80 alunos ter-se-á uma distribuição de cerca de R\$128.000,00 por mês à classe mais pobre. Esse montante totaliza, por ano, a distribuição de uma renda em torno de 1,5 milhões de reais para a classe mais pobre!

Vamos compreender que essa mudança é definitiva, que essa melhoria de renda perdura por anos e anos e terá implicações em várias gerações: em 20 anos – tempo razoável

para se considerar a duração de toda uma vida profissional - o trabalho de um ano dessa Associação, que foi capaz de inserir cerca de 80 jovens na Universidade, representará uma melhor distribuição de renda para a classe pobre igual a cerca de 30 milhões de reais!

Pode-se chamar isso de investimento? Parece razoável dizer que sim.

É investimento, é lucro, porque uma entidade como essa não consome mais que R\$150.000,00 por ano. Receber 30 milhões de reais em benefícios à melhor distribuição de renda da sociedade representa um ganho de até 20 vezes sobre o capital investido, em alguns anos, lucro este que é devolvido à classe pobre de maneira definitiva, e não paliativa como nos projetos assistencialistas.

No tempo de vida dessa associação, que não ultrapassa os seis anos, pode-se dizer que ela já ajudou a preparar o caminho para melhor distribuir cerca de 100 milhões de reais entre os mais carentes, quando lhes complementou a formação escolar e lhes permitiu atingir a formação superior.

A essa altura, talvez seja possível compreender que o papel desse tipo de ação social é exemplar para a sociedade como um todo, e para a classe universitária, principalmente, e que, mesmo aparentemente pequeno, possui resultados de grande extensão.

Jovens na faixa etária média de 21 anos produzindo para a sociedade um aumento de distribuição de renda igual a 30 milhões de reais por ano de atividade, conciliando com tudo isso suas atividades escolares e suas obrigações, parece um verdadeiro milagre.

Mas, certamente, não é um milagre. É sim uma prova de que o que falta na sociedade são iniciativas simples e inovadoras, capazes de arraigar recursos de maneira inteligente para que se tenham grandes resultados, como esse que foi apresentado - que atinge a sociedade brasileira exatamente no seu ponto mais fraco: o fato de possuir uma das piores distribuições de renda do mundo. Vale notar que se trata de um empreendimento tão simples que pode ser administrado por indivíduos jovens e inexperientes, que se utilizarão dele para montar sua escola de cidadania – complementando sua formação profissional com aspectos que a Universidade não é capaz de fornecer, mas que deveria pelo menos estimular.

A figura 3 mostra a renda distribuída aos mais carentes devido à sua formação universitária por anos de atividade do CASD Vestibulares, cumulativamente, e considerando 4 anos de escolaridade e vida profissional do beneficiado de pelo menos 20 anos.

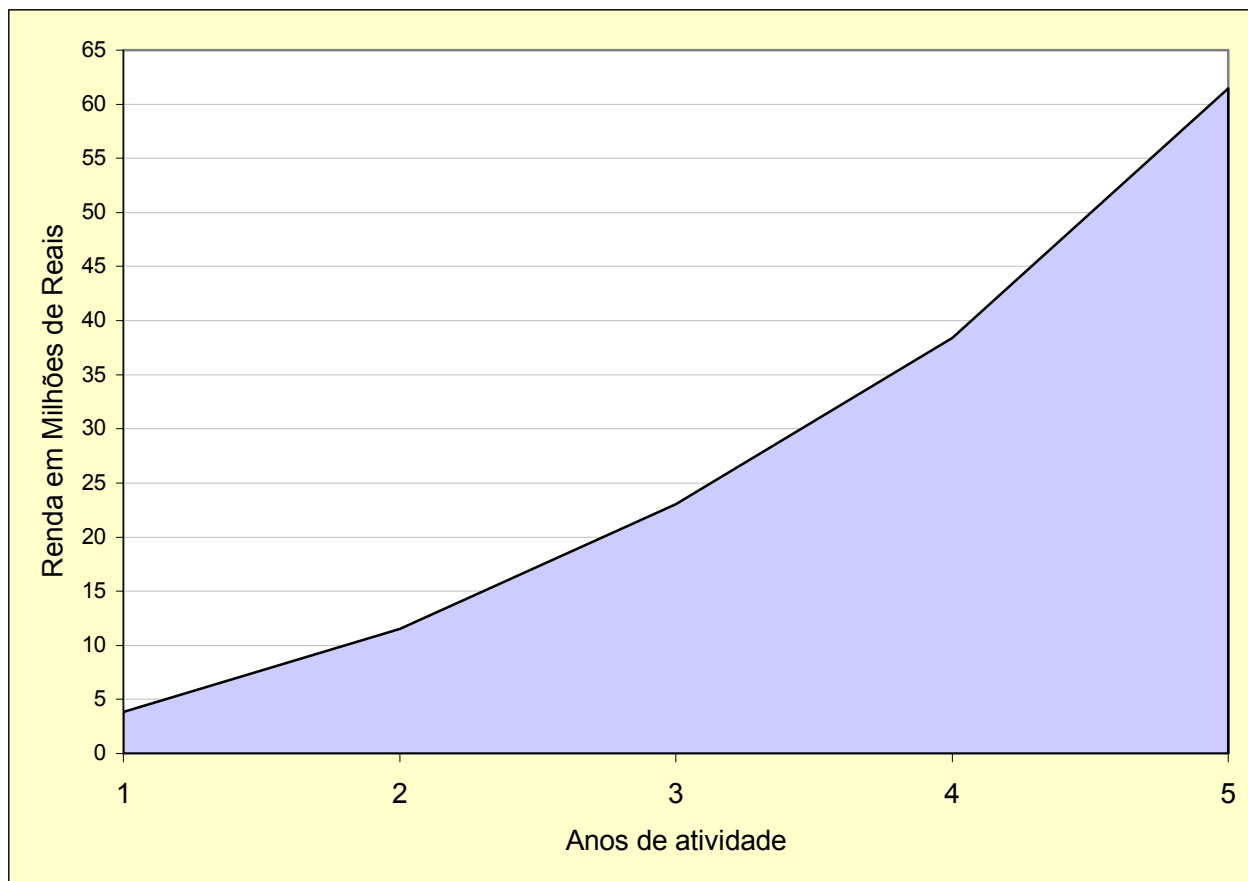


Figura 1: Renda distribuída acumulada em 20 anos

Se um empreendimento social como o CASD Vestibulares é simples a tal ponto de poder ser administrado e posto a funcionar por estudantes universitários, voluntários, deve ser, de alguma forma, reproduzível, o que parece ser interessante propagar seu funcionamento para que possa ser seguido por outros estudantes de outras Universidades que desejem também cumprir parte do seu papel social.

2.4 OS BENEFÍCIOS PARA A UNIVERSIDADE

O principal benefício que a Universidade recebe, ao incentivar empreendimentos sociais dos seus alunos, é a possibilidade de estar cumprindo, de maneira bastante completa, seu papel social, deixando transparecer à sociedade que não está nela para satisfazer aos interesses das elites, e sim para servir de meio para a universalização do conhecimento e da oportunidade. Essa possibilidade de justificar os tais 1,2% do Produto Interno Bruto de investimento [2] que lhes são encaminhados anualmente no contexto de um país pobre como o Brasil é, claramente, uma obrigação.

Outra vantagem sutil do envolvimento da Universidade em um projeto social educacional é fato de que a posição de “propagador de conhecimento” pode tornar-se uma constante na vida de seus alunos, o que poderá garantir a existência dos professores do futuro: o trabalho educacional poderá motivar muitos deles a se encaminharem para a carreira acadêmica e para as atividades de ensino. E, mais que qualquer coisa, é sempre importante haver multiplicadores de conhecimento.

Além disso, pode-se dizer que um esforço nesse sentido da Universidade para a sociedade retorna para ela própria através do comprometimento e da responsabilidade na postura dos seus estudantes, os quais antes de qualquer coisa, podem ser considerados trabalhadores sociais e educadores – o que, certamente, vem acompanhado do desenvolvimento de várias aptidões capazes de torná-los mais adultos e sérios.

Há de se esperar que jovens envolvidos com atividades capazes de participar da formação de sua ética e caráter tenham menos disposição para a realização de atitudes que prejudiquem a sociedade. É uma função realmente educativa que a instituição de nível superior torne-se capaz de envolver seus estudantes em atividades que lhes adicionem valores humanos enquanto interventores sociais, permitindo que se tornem profissionais socialmente responsáveis. Jovens, que aplicados em seu trabalho social desenvolverão sua responsabilidade e profissionalismo, não serão os mesmos que estarão envolvidos com drogas, atos de vandalismo e outros tipos de atividades destrutivas à Universidade e à sociedade. Esses estudantes, pelo contrário, farão parte dos movimentos estudantis e estarão inseridos em atividades de discussão institucional e social através de uma posição crítica quanto ao ensino e à educação – crítica essa que poderá inclusive ocasionar mudanças na própria Universidade e criar focos de tensão e divergência, chaves para a criatividade: segundo o especialista americano em criatividade John Kao [11] a criatividade numa instituição aumenta exponencialmente com o nível de diversidade e divergência existentes.

O enriquecimento do ambiente acadêmico com pessoas das mais diversas procedências sociais [12], estimulando a diversidade e o convívio com as suas diferenças é, pois, outro importante fator de mérito da participação da Universidade em projetos sociais.

Quando a Universidade estimula e participa da inclusão das classes sociais menos favorecidas nas suas salas de aula está admitindo e facilitando a diversidade [13], que virá acompanhada de um aumento do potencial criativo no seu meio. A criatividade que poderá brotar dessa interação tão diversificada representa a possibilidade do surgimento de mais alternativas para os problemas a serem resolvidos no âmbito acadêmico e profissional e mais resultados significativos sobre a sociedade.

Além disso, a própria interação dos estudantes (em sua grande parte provenientes das elites) com a sociedade possibilitará que eles tenham um conhecimento mais amplo sobre o ambiente social que os cerca e permitirá uma visão mais abrangente das condições de contorno e das restrições de problemas que terão de resolver na sua vida profissional [13]. Numa faculdade de Engenharia como o ITA, esse aspecto torna-se ainda mais pronunciado e necessário, já que o seu objetivo é justamente formar profissionais capazes de fornecer soluções técnicas para problemas dos mais diversos dentro de restrições físicas e orçamentárias, nos quais as condições de contorno e restrições são ditadas pelos ambientes onde essas soluções serão implementadas.

Com uma visão mais ampla acerca da sociedade, um Engenheiro Civil, por exemplo, poderá visualizar que uma determinada solução para a construção de uma ponte não é aplicável porque dificultará a passagem da população carente local para o outro lado da rodovia. Ou então um Engenheiro Mecânico com essa mesma visão terá mais subsídios pessoais para lidar com os funcionários de nível técnico e operacional que estão sob sua supervisão, o que lhe garantirá uma posição de destaque em seu trabalho. Pode-se crer que serão desenvolvidas aptidões de comunicação, didática, liderança e postura pessoal que serão essenciais à atuação do futuro Engenheiro.

2.5 OS BENEFÍCIOS PARA OS UNIVERSITÁRIOS

O CASD Vestibulares, no âmbito dos alunos do ITA, é um dos empreendimentos estudantis mais disputados por eles: até 50 estudantes concorrem a uma vaga para professor, e um número crescente deles se propõe a realizar qualquer trabalho voluntário em uma de suas equipes. Há algo de muito atrativo nesse empreendimento para os estudantes que nele se voluntariam, e essa atratividade garante a reposição, com folga, daqueles que se formam e vão seguir a própria vida profissional.

Além de garantir a reposição do pessoal que se forma a cada ano, o número crescente de candidatos a voluntário permite a renovação e atualização administrativas e o crescimento da instituição que, a cada ano, amplia seu leque de serviços à sociedade.

Praticamente todos os universitários do ITA que fazem parte da Associação Curso Vencedor afirmam que suas vidas mudaram depois que começaram a trabalhar como voluntários. Apontam o enriquecimento de sua vida pessoal e social como um dos principais aspectos positivos que adquirem nessa convivência, além de virtudes como capacidade de realizar trabalho em grupo, responsabilidade e aptidão para administrar o próprio tempo (organização).

No contexto de uma faculdade que fica praticamente isolada da cidade onde está inserida, fica dentro de uma instalação militar, o Centro Técnico Aeroespacial [14], e recebe alunos de todo o Brasil, atividades que permitam a integração desses mesmos alunos com a sociedade são sempre bem-vindas, já que normalmente seu grupo está restrito aos ambientes acadêmicos.

Para compreender-se esse fato, é importante notar que há um fator de integração muito importante entre os universitários-voluntários e os alunos do pré-vestibular: a idade.

A semelhança de idade entre os professores e os alunos no CASD Vestibulares permite toda a elaboração de uma rede de contatos e amizades que promove intensa interface entre os universitários e a cidade, o que enriquece, e muito, a vida social de todos: são feitas novas amizades, são formados novos grupos de trabalho e todos têm muito a aprender uns com os outros. Além disso, professores e alunos falam a mesma linguagem e se fazem entender com mais facilidade. Os voluntários do CASD Vestibulares formam um grupo coeso de pessoas que lutam por um mesmo ideal, o que fortalece, e muito, a relação entre eles.

Isso significa que, além de um ambiente de trabalho, o pré-vestibular é um ambiente de integração entre alunos universitários (que são professores) e os alunos do pré-vestibular (que são os assistidos) entre todos e entre si - um ambiente para se fazerem amigos. Nesse

sentido é que um empreendimento como esse adquire uma importância pessoal na vida de quem dele participa: são abertas novas perspectivas de convivência, de interação. E novamente mais diversidade para o ambiente universitário, mais novas idéias, mais crítica, mais criatividade.

Diante dessa perspectiva, a cidade de São José dos Campos deixa de ser apenas o local onde está inserida a faculdade e passa a fazer parte do cotidiano desses alunos do ITA.

Além dos aspectos sociais e pessoais, o CASD Vestibulares adiciona muito quando se falam de aspectos profissionais: liderança, capacidade de trabalhar em grupo e didática são pontos fortes adquiridos. A responsabilidade e a capacidade de organização de tempo são constantes na vida desses voluntários, que precisam conciliar a demanda de trabalho que o empreendimento exige com as atividades escolares, os quais não são das mais fáceis: é necessário ministrar aulas, fazer material didático, realizar tarefas administrativas, etc. Por isso, o CASD Vestibulares torna-se uma verdadeira escola de flexibilidade.

As equipes administrativas ligadas à gestão estratégica têm possibilidade de participar de cursos e treinamentos sobre o Terceiro Setor, assim como planejar e tomar decisões das mais diversas, estruturadas e não-estruturadas. Os conceitos que são desenvolvidos nessas atividades certamente contribuem de maneira significativa para a formação dos líderes do futuro, e poupa-lhes de longos anos de exercício profissional para desenvolver as mesmas habilidades.

Ademais de tudo isso, o clima de profissionalismo instalado é um formador de futuros empreendedores, já que acrescenta à formação do Engenheiro o ambiente de exercício da iniciativa e da proatividade, o que representa um verdadeiro “Curso de Extensão” nas áreas de Administração de Empresas, Captação de Recursos, Licenciatura, Serviço Social, etc.

Fazer parte do CASD Vestibulares é, então, fazer parte de uma escola “bidirecional” de cidadania: são alunos de administração, didática, empreendedorismo e responsabilidade social os universitários que se dedicam a ela como voluntários, e são alunos do pré-vestibular os jovens carentes que são seu motivo de existir.

E os resultados, para ambos os grupos, têm sido muito bons.

3 REPRODUZINDO A IDÉIA – O EMPREENDIMENTO SOCIAL

Já se falou do potencial que há em se aproveitar o trabalho voluntário de jovens universitários para se estruturar um empreendimento de cunho social capaz de devolver à sociedade educação e conhecimento. Foi levantado que esses jovens possuem necessidade de aprendizado na área social para o bom exercício profissional, fazendo valer na sua postura futura o comportamento de um verdadeiro cidadão. Afirmou-se que incentivar a propagação do conhecimento é uma das funções sociais da Universidade, uma real obrigação principalmente se ela for pública. Portanto, caberia a ela catalisar esse tipo de iniciativa social quando houvesse interesse de seus alunos, obtendo com isso benefícios de vários tipos.

Investir na facilitação do ingresso dos mais carentes na Universidade representa uma ação definitiva para a melhoria de renda da população carente e para a quebra de ciclos de pobreza, colaborando com a diminuição da desigualdade social no país.

Mostraram-se dados capazes de corroborar com todas essas afirmações, e foi dado um exemplo de empreendimento social bem sucedido tocado por alunos do Instituto Tecnológico de Aeronáutica dentro do assunto.

A existência desse exemplo demonstrou a possibilidade de se utilizar, em parceria com a Universidade, o conhecimento disponível nesses jovens para facilitar o ingresso dos mais carentes à Universidade pública, através da complementação de sua formação do Ensino Médio, em geral deficiente.

Além disso, a perspectiva de ações como essa aumentarem a diversidade e a crítica na Universidade foi vista como um potencial gigantesco na geração de criatividade e de mudança. No contexto das faculdades de Engenharia a idéia foi vista como portadora de implicações ainda mais abrangentes, ligadas à capacidade de geração de idéias e soluções técnicas para a sociedade como um todo.

Dar repetibilidade a esse empreendimento é, pois, bastante razoável. Permitir que haja um estopim para o início dessa reprodução por outros universitários em outras Universidades é a tarefa a que se presta, de maneira bastante resumida para não fechar a questão (que se encontra ainda em constante discussão e processo de melhoria contínua), na qual será descrito nos tópicos que se seguem.

A idéia não é apresentar um modelo único, que deva ser seguido à risca, mas dar uma noção do que é necessário para que os primeiros passos sejam dados. As demais ações o tempo se encarregará de conduzir de acordo com as peculiaridades que cada ambiente possui.

3.1 A PROPOSTA ORIGINAL

Para que qualquer tarefa seja executada com sucesso, é importante que sejam estabelecidos os seus objetivos e os valores necessários para garantir uma coerência entre as diversas forças que atuam sobre ela.

Por isso, definir-se-á o empreendimento social que se deseja implantar como portador de 5 objetivos fundamentais, os quais construirão a sua base e nortearão o seu desenvolvimento em curto e em longo prazo. São eles:

- Oferecer condições de acesso à Universidade Pública àqueles que não possuem condições financeiras de se prepararem para tal.
- Promover, através da educação, melhorias sobre a desigualdade social e a distribuição de renda, quebrando ciclos de pobreza.
- Estimular a educação como um todo, incentivando-a e divulgando-a como fator essencial para a solução dos problemas sociais.
- Participar da formação de uma classe universitária mais consciente dos problemas sociais que assolam o país, e com capacidade de intervir positivamente na sociedade que a cerca.
- Fornecer a estudantes universitários um conjunto de atividades capazes de torná-los mais do que profissionais tecnicamente bem formados, verdadeiros *profissionais cidadãos*.

É importante notar que qualquer empreendimento precisa estar baseado em algumas hipóteses para poder desenvolver-se e estabelecer suas estratégias em curto e em longo prazo, e também para que possa recrutar seus Recursos Humanos – que deve estar formado por pessoas que partilhem dos mesmos objetivos.

Isso definirá o escopo de atividades desse empreendimento e servirá de apoio à tomada de uma série de decisões, especialmente aquelas de cunho estratégico. Essas hipóteses deverão estar presentes com muita força na mente do corpo de administradores estratégicos, já que são eles que definem os rumos da instituição, mas também deverão fazer parte do cotidiano de todos aqueles que se dedicam ao projeto, para que tenham consciência do seu significado social.

Se não há afinidade com os objetivos, então não deve haver empreendimento.

3.2 COMO SE DISTORCEM OS OBJETIVOS

Alguns empreendimentos sociais com base universitária podem se tornar negócios individuais de membros de sua administração, ou então perderem seu aspecto social, sendo convertidos em negócios de caráter puramente comercial, ocasionando um desvirtuamento dos seus objetivos, antes sociais e gerais, para aqueles que visem o atendimento de interesses pessoais de oportunistas e aproveitadores.

Nesses casos, pode-se dizer que o empreendimento social conforme aqui proposto já não existe, uma vez que passando a atender interesses individuais isolados estará sendo descaracterizado por ter alguns ou todos os seus objetivos substituídos por outros capazes de atender mais plenamente interesses individuais.

A observação, no universo dos pré-vestibulares tidos como “alternativos” de casos reais, mostra que esse tipo de ocorrência é até comum nesse tipo de empreendimento. O desvirtuamento do negócio original deve, portanto, ser combatido em toda a evolução do trabalho e a atenção aos objetivos já expostos ser uma constante na sua administração.

Poderão ocorrer, como distorções dos objetivos sociais a que se presta o empreendimento:

- Uso da marca, nome ou *status* do empreendimento social em empreendimento comercial posterior.
- Uso da imagem do empreendimento social em questão como propaganda positiva de exemplo que “deu certo” para estabelecimento de empreendimento comercial também com base universitária.
- Uso de facilidades disponíveis quando o empreendimento possui caráter social para construir as bases de um empreendimento futuro com finalidades comerciais.
- Uso do *know-how* organizacional estruturado sob a base social para a estruturação de empreendimento comercial: Recursos Humanos, material administrativo e didático, *networking*, etc.

Para salvaguardar a integridade do empreendimento, é extremamente importante que o nome fantasia escolhido para ele traga estampado seu caráter social, ou então, que seja extremamente proibido seu uso com finalidades comerciais em qualquer tempo.

Ações da natureza dessas citadas representam um sério risco para a imagem do empreendimento social que se instala. A sociedade possui uma tendência a generalizar o comportamento de determinados grupos que estão inseridos em determinados contextos, e portanto negócios com base universitária mal-sucedidos poderão repercutir negativamente na imagem do empreendimento social em questão. É muito importante, e a Universidade poderá contribuir institucionalmente, garantir a idoneidade e competência dos empreendimentos que trouxerem estampados na sua imagem o fato de terem seu pessoal baseado em estudantes universitários. Dessa imagem depende a credibilidade do empreendimento, e uma série de conseqüências positivas decorrentes dela.

De maneira mais sutil, mas possível, poderá acontecer, por outros grupos de universitários, o uso da imagem do empreendimento social educacional como “exemplo que deu certo” para o estabelecimento de empreendimentos comerciais, o que representa o uso para benefício individual de uma imagem construída para fins sociais. A imagem de credibilidade que o pré-vestibular tem para pessoas carentes pode mas não deve jamais ser usada como propaganda de outros negócios comerciais.

Pode acontecer, a título de exemplo, que alguns universitários proponham um pré-vestibular “alternativo” para atender a pessoas carentes e assim conseguirem facilidades como utilizar instalações físicas da universidade, mão-de-obra voluntária, doações, etc.

Com o tempo, o negócio ganha corpo, torna-se conhecido e encontra-se bem organizado e os ideais se perdem. Poderá ocorrer, a partir daí, que as mensalidades, antes valores simbólicos, aumentem a tal ponto de tornarem-se inacessíveis para os mais carentes. Poderão surgir taxas que o inviabilizem financeiramente aos mais carentes ou a estruturação de um grupo “pagante-comercial” com o objetivo de manter o grupo “não-pagante-social”.

E como há condições de abrir mão das facilidades dadas pela existência de objetivos sociais, o empreendimento torna-se puramente comercial.

Vale lutar para garantir que não haverá desvirtuamento da proposta social, já que o empreendimento foi concebido para atender à sociedade e aos universitários na sua formação e não a interesses individuais de grupos específicos.

3.3 MISSÃO E VISÃO

É muito importante estabelecer-se a missão e a visão do empreendimento porque elas nortearão o desenvolvimento do mesmo e direcionarão decisões importantes [15], ajudando-o a manter-se sempre fiel àquilo que se propôs, garantindo que os 5 objetivos estabelecidos quando da sua geração sejam atingidos através de uma perspectiva a longo prazo. Por isso, elas deverão conter, em si, os objetivos aceitos para nortear o negócio, de maneira bastante clara e que permita análise rápida e fácil.

Algumas empresas deixam estampadas sua missão e sua visão nos pontos estratégicos da firma, e fazem com que todos os seus funcionários as conheçam, divulgando-as de maneira ostensiva. Essa talvez seja uma idéia que possa ser aproveitada: nos primeiros anos do CASD Vestibulares todos os voluntários recebiam um pequeno pôster com a missão e a visão da Associação em letras garrafais, sendo muito comum encontrá-lo afixado nas portas do armário ou nas cabeceiras das camas dos estudantes, no alojamento onde vivem os alunos do ITA. No início do projeto essa atitude foi muito importante para garantir que todos sabiam a quê ali estavam (missão), e tinham em mente o que poderia vir a se tornar (visão) o empreendimento. Com o tempo esse procedimento foi abolido pela criação de outros mecanismos considerados mais eficientes, como a divulgação via e-mail ou em apresentações em reuniões semestrais de professores.

Para servir de base, sendo possíveis alterações que incluam região geográficas e maiores detalhes quanto ao contexto da ação, foi possível determinar-se, ao longo do desenvolvimento do CASD Vestibulares, uma missão e uma visão consideradas otimizadas para que os objetivos citados no item 3.1 sejam atingidos, e são elas:

MISSÃO

Permitir o acesso da população carente da região ao ensino superior, oferecendo uma educação de boa qualidade através de um curso pré-vestibular com custo reduzido.

VISÃO

Constituir-se em uma referência regional na democratização da educação de qualidade, efetivando a oportunidade de ascensão social de seus beneficiados diretos através da aquisição de conhecimentos.

3.4 RECURSOS NECESSÁRIOS

Para dar início ao empreendimento serão necessários recursos, e obtê-los não é uma tarefa trivial, principalmente no início e dentro das sérias restrições orçamentárias que sempre permeiam o Terceiro Setor. É possível que haja, nesse momento, uma única pessoa que achou a idéia interessante e gostaria de levá-la adiante, e por isso, a essa altura, deverá haver pelo menos um suposto futuro voluntário do empreendimento social que ainda nem sequer nasceu.

Nesse contexto, são primordiais:

- primeiro corpo de voluntários e diretores;
- local do curso;
- componentes do Ensino; e
- capital necessário.

Há um problema sério a ser combatido nesse momento inicial, quando não há ainda uma diretoria formada: a *centralização*, o que poderá acontecer se o “dono” da iniciativa de implantar um pré-vestibular beneficente desejar ser seu único administrador, e então ignorar o fato que necessita de mais pessoas para dar continuidade a etapas como obtenção de um local e de capital, por exemplo.

Um empreendimento de base universitária tem que ser descentralizado por concepção. Mais pessoas nos níveis gerenciais garantem os processos executivos dentro dos ciclos que correspondem aos anos de formação universitária. Menos conhecimento se perde, e há possibilidade de continuidade nos trabalhos mesmo que um dos responsáveis por ele esteja caminhando para o término do curso de graduação.

Garantir continuidade nos trabalhos sem perder *know-how* é até hoje um grande desafio para a Associação Curso Vencedor, e a percepção da dificuldade que há nessa tarefa é extremamente importante desde o início. Não pode haver monopólio de informações.

Além disso, a descentralização é extremamente importante porque o tempo do universitário é escasso. Dividir as tarefas e as decisões é uma garantia de que o trabalho será executado dentro de padrões de ocupação de tempo que não comprometam as atividades acadêmicas.

3.4.1 O primeiro corpo de voluntários e diretores

A implantação do pré-vestibular a partir do “nada” é a parte mais difícil: não há recursos, não há pessoas, não há alunos, não há parceiros, não há espaço físico. Tão difícil que ficou conhecida, no CASD Vestibulares, como **Fase heróica**, nome que foi dado devido ao “heroísmo” dos seus membros diante de tantas dificuldades que apareceram e seu empenho em solucioná-las.

Como o empreendimento é baseado em pessoas, é necessário, antes de tudo, que haja interessados no trabalho, e normalmente eles se resumem a **estudantes universitários que estejam em sintonia com os objetivos do empreendimento e que possuam real desejo de levá-lo adiante** com responsabilidade e trabalho, conscientes de que será muito difícil no início por não possuírem praticamente nenhum recurso além de si próprios.

Encontrados esses estudantes, será necessário se avaliar, desse grupo obtido (normalmente formado por 5 ou 6 pessoas) quais deles possuem maior energia e disposição para assumir as posições das primeiras diretorias (3, 4 ou até mais pessoas).

Dependerá desses primeiros membros a captação de todos os recursos iniciais do curso, desde a obtenção do local até os recursos humanos. Sugere-se que sejam pessoas comunicativas, extrovertidas e muito bem relacionadas na Universidade e na cidade. Nas empresas juniores e nos Centros Acadêmicos é possível encontrar-se pessoas com essas características, com o diferencial de que nessas atividades elas já realizam normalmente algum tipo de trabalho voluntário e precisam de certa cota de responsabilidade, de capacidade de administrar o próprio tempo e de realizar trabalho em grupo, conciliando-o com as atividades escolares sem prejuízos acadêmicos. Outro aspecto interessante dessas pessoas é o fato de já possuírem, normalmente, algum *know-how* administrativo – gerencial.

Para ilustrar a situação apresentada, faz-se saber que o CASD Vestibulares começou por iniciativa do presidente da empresa júnior dos alunos do ITA da época e contou, nesse início de atividades, com a participação muito ativa de vários membros do Centro Acadêmico. Atualmente, a presença do Centro Acadêmico e da empresa júnior na Associação é muito pequena, especialmente porque o empreendimento social tomou corpo e adquiriu características tão peculiares a ponto de inviabilizar a dupla participação.

Tendo sido estabelecidas essas pessoas, está praticamente formada a primeira Diretoria da instituição: um grupo descentralizado de estudantes universitários que têm o importante papel de mobilizar recursos que permitam o início das atividades.

De acordo com as afinidades (pessoais, de cunho universitário, etc). Essas pessoas já poderão ter parte de suas tarefas direcionadas, originando diretorias específicas. Sugere-se, inicialmente, que haja pelo menos:

- Diretor Presidente;
- Diretor Financeiro;
- Diretor de Recursos Humanos;
- Diretor de Ensino; e
- outros, segundo afinidades pessoais.

As denominações dadas às diretorias representam apenas uma sugestão, e tampouco sua existência deve ser fechada: sempre é importante que se aproveitem as habilidades de pessoas com espírito de liderança, incentivando-as com a responsabilidade de assumir atividades em nível executivo.

O CASD Vestibulares, por exemplo, já possuiu Diretor Administrativo, Diretor Tesoureiro, Diretor de Marketing e Diretor Jurídico porque, em algum momento, transpareceram habilidades individuais em alguns membros que deveriam ser utilizadas no nível gerencial e o foram. Esse aspecto foi muito importante para grandes saltos administrativos no curso. Tal fato indica, antes de tudo, que a estrutura administrativa deve ser aberta e capaz de contemplar habilidades individuais disponíveis em momentos específicos do empreendimento, o que é, aliás, o grande problema de uma obra com base universitária: as pessoas ciclam com período correspondente aos anos de faculdade – e se houver afinidade e talento gerencial o desenvolvimento será mais rápido e caberá no curto período de tempo no qual esse estudante estará disponível. Se o talento não for utilizado, pode ser que demorem anos para que outras pessoas com as mesmas afinidades e habilidades apareçam novamente no grupo de universitários.

Os demais voluntários disponíveis, aos quais não caberia uma diretoria, já podem ser encaminhados segundo afinidade pessoal, a fazer parte de uma das diretorias estruturadas, originando o esqueleto dos times que serão responsáveis por toda a organização do curso no futuro. E a cada diretor estabelecido deverá ser destinada a importante missão de arraigar pessoas para trabalhar com eles: colegas de curso, amigos da faculdade, etc., já que um indivíduo só não é capaz de formar uma diretoria, porque não teria a quem dirigir.

3.4.2 *A obtenção do local*

Depois que está estabelecido o primeiro grupo de voluntários, e dentre eles escolhidos os mais adequados para formarem as primeiras diretorias, é necessário buscar um local que possa abrigar o empreendimento: uma instituição hospedeira que possa ceder **uma sala de aula** para o início das atividades, com **potencial para ceder mais salas de aula no futuro**. Uma sala para as atividades administrativas também é muito importante, mas sabe-se que raramente isso é possível.

Para uma etapa inicial sugere-se apenas uma sala de aula, como facilidade, pois para quem está lidando com um negócio do gênero pela primeira vez é difícil administrar a logística e os recursos necessários. Mas é importante que haja potencial de expansão, ou do contrário o crescimento futuro do empreendimento ficará comprometido.

Em geral escolas são os lugares mais adequados porque possuem salas de aula e uma estrutura já montada para comportar um curso. Será possível utilizar-se muito do material disponível de maneira que impactue muito pouco na instituição hospedeira.

Essa instituição hospedeira deverá estar em local que possa ser acessado, sem muitas dificuldades, pelos seus futuros alunos (não deve haver restrições de acesso, por exemplo) e preferencialmente, seu acesso também deve ser bastante fácil para os voluntários: próxima da faculdade, nas cercanias da moradia universitária, etc., porque isso representará economia de tempo no deslocamento, que para o universitário, é essencial.

Para isso, sugerem-se:

- Universidades.
- Escolas públicas.
- Pré-vestibulares comerciais.
- Escolas particulares.
- Salas de aula de empresas.

Para convencer a administração da Universidade de que ela deve ceder algumas de suas salas no período noturno para que um curso beneficente seja implantado, pode-se usar a primeira parte desse documento. Faz parte do papel social da Universidade catalisar essas iniciativas de alunos, e é importante para ela retornar à sociedade algum trabalho do gênero. As faculdades normalmente possuem salas de aula que não são utilizadas no período noturno e que podem ser aproveitadas sem que os gastos que daí decorram signifiquem algo sobre o

orçamento delas. Mas o uso de salas de aula da Universidade não é a única alternativa possível.

O CASD Vestibulares não começou em salas de aula do ITA, mas numa sala de aula cedida por um curso pré-vestibular comercial – o Objetivo de São José dos Campos [3]. O acesso ao ITA, que está numa base militar, era considerado complicado: a portaria militarizada e a circulação interna poderiam inviabilizar ou dificultar a entrada dos futuros alunos do curso. Além disso, havia uma imagem de que a faculdade jamais iria concordar com essa ação por julgar que ela consumiria tempo demais dos seus estudantes - trazendo-lhes prejuízo. Essa impressão decorria de uma série de fatores conjunturais envolvendo alunos e a administração do ITA, aspectos que atualmente já estão superados: o apoio da faculdade é excelente e só tende a aumentar.

Pode parecer estranho que um pré-vestibular comercial aceite ceder salas de aula para um outro pré-vestibular, mas há um aspecto muito interessante presente: os dois cursos possuem públicos-alvo diferentes, e portanto não disputam o mesmo mercado.

Quando garantimos que o CASD Vestibulares se prontificava a atender pessoas de baixa renda, ficou claro que ele não seria um concorrente do Objetivo. Os alunos do curso pré-vestibular beneficente jamais seriam alunos do Objetivo porque jamais teriam condições de arcar com suas mensalidades. No entanto, os reais motivos que fizeram esse curso aceitar essa parceria jamais saberemos precisar: Marketing social? Divulgação na mídia? Desejo de ajudar a sociedade? O fato é que eles cedem as instalações necessárias.

Atualmente, o CASD Vestibulares está instalado nas dependências de outro curso pré-vestibular comercial – o Anglo de São José dos Campos. A parceria foi feita aproveitando-se de um canal entre os Diretores do Anglo e o ITA: 4 dos 5 diretores do Anglo haviam se formado em Engenharia nessa faculdade, e deles, dois pelo menos haviam ministrado aulas no antigo Curso CASD. Talvez o exemplo seja capaz de ilustrar bem que é importante conhecer um pouco do histórico das pessoas às quais caberá decidir uma parceria como essa.

Também poderá ser possível a obtenção de uma sala de aula em uma escola pública. Se houver infra-estrutura e segurança suficientes, e a imagem de ensino público não for capaz de “fazer parecer” que o curso será igual ao Ensino Médio público, então vale a pena tentar. Há uma vantagem muito grande em uma parceria como essa: os alunos dessa própria escola pública poderão ocupar as primeiras cadeiras do pré-vestibular, ou seja, garantem-se os alunos e garante-se o espaço físico, simultaneamente.

As empresas locais também representam potenciais hospedeiros caso não seja possível solucionar o problema de infra-estrutura física através dos canais educacionais citados.

3.4.3 Componentes do Ensino

O local onde o curso funcionará já foi obtido: uma sala de aulas com capacidade para um número de alunos (não superior a 120) num local que permita a expansão futura para duas ou três salas de aula.

A capacidade da sala poderá ser aproveitada ao máximo, dentro das restrições de recursos disponíveis, porque nesses primeiros anos de atividade o número de desistências é realmente alto – chegando a 50%. 120 alunos assistidos num primeiro mês de aula baixam para cerca de 80 depois de um semestre de atividades. Conciliar o trabalho com as atividades escolares e a falta de apoio da família são as principais causas das desistências.

Durante esse processo, estabeleceu-se quanto custará para o pré-vestibular estar presente naquele local em função das facilidades que lhe foram disponibilizadas. Já se sabe, por exemplo, se será necessário comprar giz, pagar conta de energia elétrica, etc. Esses custos somados aos custos dos serviços educacionais, como aulas e plantões de dúvidas, indicarão a demanda mensal de recursos necessários ao bom andamento das atividades, e a criação de uma poupança para emergências e investimento.

Quando o CASD Vestibulares foi fundado, mas não possuía ainda a pessoa jurídica da Associação Curso Vencedor estabelecida, essa poupança de reserva estava no nome da dupla Diretor Financeiro e Diretor Presidente. Havia um vínculo de confiança no grupo que permitiu essa atitude, e o volume de recursos era muito pequeno para ocasionar tributos fiscais.

Para início de atividades, ministrar 5 aulas no período noturno, em horário compatível com as atividades da instituição que está cedendo o local para as aulas, de segunda a sexta-feira é o suficiente. Aulas de aprofundamento e aulas aos sábados devem ser deixadas para o futuro, quando houver mais recursos disponíveis e mais conhecimento sobre o empreendimento.

É necessário, também, fornecer apoio extra-classe aos alunos que serão atendidos para garantir que suas deficiências sejam supridas de maneira mais completa, e por isso será interessante a instalação, pouco antes do horário de início das aulas, de um plantão de dúvidas com essa finalidade.

A aula será uma atividade expositiva, onde o professor exhibe o assunto e resolve exercícios associados seguindo uma programação estabelecida baseada nos tópicos dos vestibulares mais importantes da região, para a toda a sala simultaneamente. O plantão de

dúvidas, por sua vez, representa um atendimento das dúvidas individuais de cada aluno, num tempo específico para isso.

Se assim for, serão ministradas semanalmente 25 aulas e 5 plantões de dúvidas.

Para organizar todas essas atividades, o estabelecimento de uma carga horária semanal poderá contar com aulas semelhantes àquelas ministradas nos outros pré-vestibulares da cidade, com alterações eventuais visando suprir dificuldades mais sérias de aprendizado típicas de cada ambiente. Sugere-se, por exemplo, a seguinte divisão de atividades semanais por disciplina do Ensino Médio:

- **Matemática:** 5 aulas - 3 professores
- **Física:** 3 aulas - 2 professores
- **Química:** 3 aulas - 2 professores
- **Biologia:** 3 aulas - 2 professores
- **História:** 3 aulas - 2 professores
- **Geografia:** 2 aulas - 1 ou 2 professores
- **Literatura:** 1 aula - 1 professor
- **Gramática e Interpretação de textos:** 2 aulas - 1 professor
- **Redação:** 1 aula - 1 professor
- **Inglês:** 2 aulas - 1 professor

Essas atividades totalizam 25 aulas semanais a serem ministradas por cerca de 16 professores. É importante não sobrecarregar nenhum deles com excesso de tarefas, e por isso na divisão de aulas não foi direcionado a nenhum mais que 2 aulas semanais, que deverão ser no mesmo dia e de preferência consecutivas. Se houver mais que uma classe, considera-se que a um professor não seja possível dispender mais que uma noite nesse trabalho e, portanto, que ele não seja capaz de atender mais que 3 classes diariamente.

Além das aulas, o plantão de dúvidas deverá ser dimensionado para funcionar no período ligeiramente anterior. Por exemplo, se as aulas começarem às 19h, é interessante que o plantão das dúvidas comece exatamente uma hora antes, ou seja, das 18h às 18h50min.

Nesse horário, os alunos que trabalham poderão recorrer a esse auxílio, e os que não trabalham não precisarão se deslocar duas vezes ao dia para serem atendidos, o que representa economia em transporte, aspecto que é muito importante quando se está lidando com pessoas carentes.

Dimensionar o plantão de dúvidas é uma tarefa muito difícil, especialmente porque nunca se sabe exatamente qual será a frequência dos alunos a ele, fato que depende do assunto que está sendo dado em sala de aula, dos professores, do perfil dos alunos quanto à disponibilidade de horário, da empatia com os professores plantonistas, etc.

Diariamente, poderia se direcionar um professor capaz de atender dúvidas de Matemática, Física e Química (professor plantonista de “Ciências Exatas” – disciplinas nas quais os alunos costumam ter mais dificuldade) para cada grupo de 50 alunos do curso, já que a presença deles não é total nessas atividades. Plantões de dúvidas de outras disciplinas podem ser dados esporadicamente pelos professores das próprias, atendendo solicitações específicas dos alunos.

Aparentemente, já se tem a possibilidade de dimensionar o pessoal da instituição, levando em conta uma situação mínima de disponibilidade de pessoal e uma de máxima disponibilidade – ideal porque permite o engajamento de mais pessoas no projeto: cada uma das 25 aulas semanais é ministrada por um professor, e um professor jamais ministra mais que uma aula semanal.

O CASD Vestibulares começou na situação de mínimo pessoal e o interesse dos universitários tornou-se tão grande que foi necessária uma maior divisão das disciplinas entre os vários interessados. Atualmente qualquer professor só é responsável por uma aula semanal por classe. Isso vai direto a um aspecto muito importante em um trabalho como esse: quanto mais se puder dividir, melhor.

É possível, então, conhecidos o número total de alunos a serem atendidos pelo projeto (a) e o número total de classes (c), obter-se uma estimativa do número de voluntários (v) nas condições mínimas e máximas, ligados às atividades pedagógicas:

$$v_{\min} = 16 \cdot \text{INT}\left(\frac{c}{3}\right) + \text{INT}\left[\frac{5}{2} \cdot \text{INT}\left(\frac{a}{50}\right)\right] \quad (1) \quad \text{e} \quad v_{\max} = 25 \cdot \text{INT}\left(\frac{c}{3}\right) + 5 \cdot \text{INT}\left(\frac{a}{50}\right) \quad (2)$$

A função INT representa a parte inteira do argumento arredondada para cima.

Dessa forma, a equipe de voluntários ligados às atividades pedagógicas é tal que:

$$16 \cdot \text{INT}\left(\frac{c}{3}\right) + \text{INT}\left[\frac{5}{2} \cdot \text{INT}\left(\frac{a}{50}\right)\right] \leq v \leq 25 \cdot \text{INT}\left(\frac{c}{3}\right) + 5 \cdot \text{INT}\left(\frac{a}{50}\right) \quad (3)$$

Nessas condições, pode-se supor que os professores terão de se desdobrar também para participar das atividades administrativas ligadas a cada uma das diretorias, o que é muito importante também pelo voluntariado a ser realizado e pelo aprendizado que isso trará.

No início do CASD Vestibulares, todos os voluntários atuavam como professores ou professores plantonistas. Não havia voluntários dedicando-se exclusivamente a tarefas administrativas, situação que na atualidade já ocorre. Conseguir formular uma maneira de envolver voluntários não-professores com o curso ainda tem sido um desafio, e recentemente está havendo resultados positivos: é muito difícil, mas possível, para o voluntário apenas administrativo sentir o curso e envolver-se, já que não há estrutura física, nem estrutura organizacional precisa, e nem um local absoluto para se realizarem as atividades que inicialmente se resumem a aulas.

Talvez seja possível falar-se mais sobre isso quando o negócio possuir uma secretaria, com computadores, e um ambiente tipicamente administrativo. Quando se estiver buscando o local para se iniciar o curso, pode se separar uma sala para as atividades administrativas, por exemplo. No entanto, ainda não existem dados suficientes para dimensionar-se uma equipe de voluntários não-professores.

A seguir, será resolvido um exemplo de estimativa para o dimensionamento da equipe de voluntários professores para um caso específico.

3.4.4 Exemplo de dimensionamento de equipe de voluntários

Problema: Um grupo de estudantes universitários, motivados com a idéia de realizar trabalho social, resolveram empreender um curso pré-vestibular para carentes. Conseguiram duas salas de aula com capacidade para 100 alunos e gostariam de saber quantas pessoas seriam necessárias para levar o empreendimento adiante.

Solução: É importante observar que não é muito correto começar o empreendimento com duas salas de aula devido aos problemas logísticos que poderão surgir, coisa que o grupo provavelmente ainda não sabe solucionar. Assim, será feito um dimensionamento inicial, considerando apenas uma sala de aula de 100 alunos, com uma expansão (que é possível) para 2 salas de aula posteriormente. Para a implantação do empreendimento inicial o número de alunos é $a=100$; o número de classes é $c=1$, para um número inicial, de voluntários v_1 . A aplicação da fórmula (3) resulta:

$$16.INT\left(\frac{1}{3}\right) + INT\left[\frac{5}{2}INT\left(\frac{100}{50}\right)\right] \leq v_1 \leq 25.INT\left(\frac{1}{3}\right) + 5.INT\left(\frac{100}{50}\right) \rightarrow 21 \leq v_1 \leq 35$$

Numa situação ampliada, teremos $a=200$; $c=2$, para v_2 o número de voluntários necessários será:

$$16.INT\left(\frac{2}{3}\right) + INT\left[\frac{5}{2}INT\left(\frac{200}{50}\right)\right] \leq v_2 \leq 25.INT\left(\frac{2}{3}\right) + 5.INT\left(\frac{200}{50}\right) \rightarrow 26 \leq v_2 \leq 45$$

Evidentemente que no futuro do curso poderão ser acrescentadas mais horas de plantão de dúvidas, mais atividades e aulas aos sábados. Isso significa que o número de voluntários também poderá ser aumentado conforme a necessidade e a disponibilidade do curso.

A aplicação da fórmula (3) para as condições atuais do CASD Vestibulares fornece um valor máximo para o corpo de voluntários igual a 50 pessoas. No entanto, esse valor é, na prática, superior a 50, pois atualmente há aulas aos sábados, duas horas de plantão de dúvidas diariamente, aulas de reforço e membros que só realizam atividades administrativas. Essa diferença é bem simples de explicar: a fórmula (3) considera um número de atividades educacionais consideradas suficientes para que seja instalado um empreendimento capaz de fornecer o mínimo necessário para que os objetivos sejam atingidos. Para a situação atual do CASD Vestibulares, pode ser deduzida a relação:

$$18.INT\left(\frac{c}{3}\right) + 5.INT\left(\frac{a}{50}\right) \leq v \leq 29.INT\left(\frac{c}{3}\right) + 5.INT\left(\frac{a}{50}\right) \quad (4)$$

Essa relação considera aulas aos sábados e plantão de dúvidas por 2h diariamente de segunda a sexta-feira (aqui, cada professor plantonista ministrará até 2 aulas de plantão): em suma, um conjunto de serviços mais completos.

Sua aplicação para $c=3$ e $a=220$, que é a situação atual do CASD Vestibulares, fornece um corpo máximo de voluntários educacionais de 54 pessoas, o que está bem próximo do valor real.

3.4.5 *Capital necessário*

Inicialmente não foi cogitada a possibilidade de fornecimento de material didático como apostilas e livros aos alunos. Assim, serão materiais didáticos apenas o quadro negro e os cadernos dos alunos, até que haja recursos para mais que isso.

Se recursos tornarem-se disponíveis, a aquisição de apostilas será de grande ajuda ao atendimento dos objetivos pedagógicos do curso, o que terá que ser muito bem planejado. Sugere-se, por exemplo, que sejam adquiridas no mercado apostilas já existentes, já que produzi-las por si é muito trabalhoso e caro.

Excluindo-se então os custos com material didático, suposto inexistente, serão fontes de gastos para o empreendimento na sua etapa inicial:

- Manutenção: energia elétrica, água, luz, telefone, giz, limpeza.
- Ajuda de custo aos voluntários: estimada a partir dos custos de transporte e alimentação referentes ao dia de trabalho.
- Fundo de reserva: para eventualidades, expansão de atividades, aquisição de patrimônio, pequenas despesas, etc.

Custos de manutenção (CM)

As instituições que cedem sua infraestrutura para um empreendimento social normalmente não têm a necessidade de cobrar pela hospedagem. Ou seja, há uma tendência muito forte desse tipo de custo ser igual a zero, ou realmente muito pequeno.

Ajuda de custo aos voluntários (ACV)

Essa ajuda de custo visa cobrir despesas com transporte e alimentação referentes ao dia de trabalho. Além disso, objetiva reforçar o vínculo profissional entre os voluntários e o empreendimento social.

Considerando esse contexto, a estimativa desse valor deve utilizar-se dos custos de transporte e da alimentação na região.

Uma estimativa [16] indica que um adulto come em média 400g de alimento por refeição. Adotando-se um desvio padrão de 100g, pode-se dizer que quase 100% das pessoas comem até 700g de alimento por refeição.

O custo com transporte, por sua vez, pode corresponder ao equivalente a duas passagens de ônibus urbano, referente ao deslocamento da faculdade até o local onde são

ministradas as aulas. Como estudante normalmente paga meia passagem, o custo de transporte é equivalente a apenas uma passagem no valor convencional.

Assim, quando se considera:

P = custo da passagem de ônibus urbano e A = custo de alimentação por kg, nas redondezas do local onde as aulas são ministradas, tem-se, por aula:

$$ACV = P + 0,7.A \quad (5)$$

Em São José dos Campos, cidade onde o custo da passagem de ônibus urbano para estudantes é de 0,80 real, e nas cercanias do local onde são ministradas as aulas do CASD Vestibulares o preço por kg de alimento é de cerca de 12,90 reais, o valor padrão para a ajuda de custo aos professores é:

$$ACV = 2.0,80 + 0,7. 12,90 = 10,63 \text{ reais por aula.}$$

Caso os voluntários aceitem, esse valor poderá ser reduzido segundo políticas de “plano de carreira” ou atividade - por exemplo, remunerar diferentemente professores e professores plantonistas para estimular os últimos àquela atividade.

Para se estimar o custo total das ajudas de custo, vamos nos lembrar da fórmula (2) que dá o número máximo de voluntários professores em relação com a fórmula (5), que fornece a ajuda de custo para cada um deles, o que resulta, por mês:

$$ACV_{\text{total}} = 4 v_{\text{máx}} . ACV = 20. \left[5. INT\left(\frac{c}{3}\right) + INT\left(\frac{a}{50}\right) \right] . (P + 0,7.A) \quad (6)$$

Fundo de reserva (FR)

Por questão de simplicidade, considera-se o fundo de reserva igual ao equivalente gasto com as ajudas de custo: FR=ACV

Montante de despesas (D)

Com as informações já existentes, pode-se deduzir a expressão das despesas mensais do empreendimento:

$$D = 40. \left[5. INT\left(\frac{c}{3}\right) + INT\left(\frac{a}{50}\right) \right] . (P + 0,7.A) \quad (7)$$

Essa despesa, na falta de patrocinadores, deverá ser rateada entre os alunos de tal forma que seja acessível a todos eles, não representando impeditivo na realização dos estudos.

3.4.6 Obtenção de capital

A maneira mais simples de se conseguir capital para as despesas do empreendimento social é considerar que elas são pequenas e podem ser rateadas entre seus alunos. Nesse sentido, todo o dinheiro que puder ser captado através de outros meios deve ser utilizado para diminuir proporcionalmente o valor das mensalidades dos alunos ou, então, para aumentar o fundo de reserva, que é necessário para se garantir a segurança financeira do curso.

No entanto, o valor rateado entre os alunos deve ser constante durante o ano, para garantir alguma segurança, e classificado em níveis para cada aluno segundo seu grau de carência. Isso significa que há alguns alunos que podem, sem prejuízo na qualidade de vida, arcar com pequenos custos, outros não. É importante, então, que haja uma divisão justa nesse sentido: os mais pobres não devem pagar nada, aqueles de condição mediana devem pagar uma mensalidade mediana, e os que possuam melhores condições devem pagar um pouco mais. Vale observar que todos esses estudantes são carentes, só que uns mais, outros menos.

O CASD Vestibulares, por exemplo, divide seus alunos em três níveis de carência, e para cada nível um tipo de mensalidade: o que se chama de bolsa integral para os mais pobres, meia bolsa para os que estão nas condições medianas de renda e mensalidade completa para o restante.

Para se determinar o valor da mensalidade do pré-vestibular, será utilizada essa idéia do CASD Vestibulares, considerando como medianos os 66% que possuam renda entre a renda média do curso e um desvio padrão para a esquerda e para a direita, de menor renda os que a possuem abaixo da média menos um desvio padrão (17%), e de maior renda os que se encontram com ela superior à média mais um desvio padrão (17%). [17]

Como não se sabe o valor da mensalidade padrão (MP), será necessário resolver a equação:

$$0,66.a \frac{MP}{2} + 0,17.a.MP = D \rightarrow MP = \frac{2D}{a} \quad (8)$$

Como D é fornecido pela equação (7) pode-se escrever:

$$MP = \frac{2D}{a} = \frac{80 \cdot \left[5 \cdot INT\left(\frac{c}{3}\right) + INT\left(\frac{a}{50}\right) \right] \cdot (P + 0,7.A)}{a} \quad (9)$$

Para o CASD Vestibulares, o valor da mensalidade padrão, sem aulas aos sábados e sem material didático, é:

$$MP = \frac{2D}{a} = \frac{80 \cdot \left[5 \cdot INT\left(\frac{3}{3}\right) + INT\left(\frac{220}{50}\right) \right] \cdot (1,60 + 0,7 \cdot 12,90)}{220} = 38,66 \text{ reais}$$

Com esse resultado, poder-se-ia afirmar que 17% dos mais pobres teriam bolsa integral no curso, 66% pagariam o valor de 19,33 reais e 17% pagariam 38,66 reais de mensalidade.

Para a primeira etapa do empreendimento proposto no item 3.4.4, nas condições de São José dos Campos, é possível se estimar a mensalidade padrão como:

$$MP = \frac{2D}{a} = \frac{80 \cdot \left[5 \cdot INT\left(\frac{1}{3}\right) + INT\left(\frac{100}{50}\right) \right] \cdot (1,60 + 0,7 \cdot 12,90)}{100} = 59,60 \text{ reais}$$

Independente do valor de MP calculado, que significa apenas uma estimativa inicial, se os valores obtidos forem considerados muito altos para a população carente local, deve-se procurar maneiras alternativas de reduzi-lo: diminuição da ajuda de custo aos voluntários, captação de recursos através de outras parcerias, doações, mudança da proporção de alunos que pagam a mensalidade padrão, etc.

Com economia e recursos externos será possível acrescentarem-se várias facilidades, como a contratação de uma secretaria, distribuição de apostilas, etc.

Depois que o empreendimento está implantado com uma imagem construída e bem estruturado o processo de captação de recursos torna-se mais simples, mas o início é realmente complicado.

3.5 OS PROFESSORES E ALUNOS

Até agora, obteve-se um local, dimensionou-se uma equipe de voluntários, determinou-se o custo do empreendimento e uma maneira inicial de garantir sua viabilidade financeira. Já há uma diretoria estruturada buscando voluntários para o trabalho. Mas ainda não há professores: os diretores podem sê-lo, mas não são em número suficiente. Precisa-se de voluntários capazes de ministrar aulas e já há estimativas de quantos.

A mobilização agora será no sentido de conseguir os tais voluntários, através da comunicação nos círculos pessoais daqueles que já estão envolvidos, e da divulgação na Universidade. É importante lembrar que o trabalho social deve ser aberto a todos: não se deseja que o empreendimento seja detido por um grupo de amigos ou colegas de um único curso.

É necessário diversidade, e que a oportunidade de realizar trabalho social seja dada a todos, e por isso as atividades de ensino não devem se restringir aos estudantes de licenciatura ou dos níveis mais avançados: o conteúdo de Ensino Médio que será ministrado é comum a todos os universitários, e o diferencial entre eles estará na motivação para o trabalho e na didática enquanto qualidade pessoal: provavelmente para a maioria será a primeira vez em uma sala de aula como mestre.

Por isso, cartazes poderão ser afixados nos murais da Universidade comunicando das vagas disponíveis e sobre a proposta, a necessidade de colaboração, os benefícios disponíveis (ajuda de custo para alimentação e transporte) e o desafio que o empreendimento representa.

Se houver um Diretor de Recursos Humanos, ele poderá receber currículos e se responsabilizar pela seleção dos professores.

Há de se esperar que a procura não seja muito intensa no início, porque o empreendimento é novo. Normalmente, as pessoas que se aproximam conhecem os idealizadores e por isso dão seu voto de confiança.

Quando o CASD Vestibulares foi implantado havia uma dificuldade gigantesca para se encontrarem professores de Ciências Humanas, já que ele surgiu dentro de uma faculdade de Engenharia. Mas sempre aparecia alguém interessado no trabalho, pelo desafio que isso representava ou por julgar ser a única maneira de fazer parte do curso – e resultaram muitos excelentes professores dessa postura.

A interação desenvolvida no trabalho voluntário cativará cada vez mais pessoas, e com o tempo os voluntários se prontificarão espontaneamente para o trabalho. Assim, a abertura de

uma vaga para professor deverá receber uma gama de candidatos tal que será necessário selecioná-los.

3.5.1 O processo de seleção de professores

Se a procura por uma vaga como professor for superior à demanda, haverá a necessidade de um processo de seleção. Essa seleção é, via de regra, papel de um Diretor de Recursos Humanos com a ajuda da equipe que conseguiu montar.

Como todos os candidatos são universitários em geral e a maioria nunca deu aula na vida, é necessário se considerar o potencial de cada um para se desenvolver, tanto no exercício da atividade principal, que é ministrar aulas, como em atividades de suporte nas diretorias disponíveis.

Deve-se considerar, na escolha dos voluntários:

- Facilidade de falar em público
- Desinibição
- Jogo de cintura
- Conhecimentos na disciplina que está se propondo a ministrar
- Afinidade com os objetivos do projeto
- O que pretende para si quando se propõe a realizar o trabalho
- Disponibilidade para realizar tarefas adicionais de suporte ao empreendimento

Como primeira etapa desse processo de seleção, sugere-se uma **aula teste**: não mais que 20 minutos de exposição oral para uma banca formada por diretores, voluntários já disponíveis, professores da faculdade, etc. que avaliará os 4 primeiros quesitos já listados. Poderão ser feitas perguntas a respeito do tema em questão e a aprovação nessa etapa levará o indivíduo para uma entrevista individual.

No geral, são excluídas na aula teste pessoas com dificuldades de falar em público, que não conseguem expor o assunto de maneira lógica ou que são incapazes de responder a perguntas básicas sobre o tema em questão (um livro sobre o assunto nas mãos de algum membro da banca com uma certa dose de bom senso poderá permitir essa avaliação).

Na entrevista individual, que deverá ser conduzida por quem do grupo mais adequado for, será avaliado o quanto o indivíduo está disposto a se envolver no trabalho, sua responsabilidade, sua vontade de ajudar a sociedade e sua disponibilidade de tempo.

A repetição de várias entrevistas individuais no CASD Vestibulares ensinou que no ambiente onde ele se encontra inserido os candidatos que buscavam o referido trabalho para se sociabilizar ou fazer amigos apresentavam baixíssimo grau de comprometimento com as atividades do curso. Por sua vez, aqueles que mostravam real motivação em realizar trabalho para a sociedade e ter uma experiência profissional se destacavam posteriormente como trabalhadores dedicados.

Esse aprendizado conduziu a uma postura na entrevista individual capaz de identificar e evitar certos tipos de pessoas. É sempre muito importante que sejam observados padrões de comportamento nas entrevistas e suas implicações no indivíduo dentro do empreendimento, através da documentação das entrevistas e monitoramento.

O Diretor de Recursos Humanos deverá proceder esse monitoramento, de forma a melhorar continuamente cada processo de seleção de novos membros, estabelecendo, ao longo de alguns anos, o perfil do voluntário.

Desde que aprovado, deve ser aberta ao novo membro a possibilidade de participar como membro em uma diretoria, pois a estrutura administrativa deve ser descentralizada, aberta e transparente a todos que se interessarem. Essa participação garantirá o crescimento e a evolução administrativa do empreendimento, porque mais que professores, a instituição que se forma precisa de líderes capazes de conduzi-la de uma estrutura totalmente amadora para o profissionalismo.

Findo o trabalho da Diretoria de Recursos Humanos, que selecionou os professores que farão parte da equipe, caberá ao Diretor de Ensino, através de um manual apropriado, passar-lhe informações necessárias ao bom andamento de suas atividades, seus horários, sua programação e a postura em sala de aula.

Para garantir a qualidade de ensino, no entanto, o processo não acaba por aí: caberá à Diretoria de Recursos Humanos e à Diretoria de Ensino monitorarem o bom andamento das aulas, o cumprimento dos cronogramas e o nível de satisfação dos alunos com os professores. Para isso, deverão ser feitas avaliações periódicas da qualidade dos professores e do nível de satisfação dos alunos quanto a eles, quantificando, por meio de notas numéricas, aspectos como didática, organização, pontualidade e nível de conhecimento. Notas muito baixas para casos isolados poderão indicar possíveis substituições ou sugestão para melhorias individuais, o que costuma surtir muito bons resultados.

3.5.2 O processo de seleção de alunos

Falou-se até agora de infra-estrutura, professores, dinheiro, etc., o que indica que o curso pré-vestibular está praticamente montado. No entanto, ainda falta o componente principal, a razão de ser do empreendimento, que são os alunos carentes.

Obtê-los não é uma tarefa fácil, especialmente porque o curso possui um número muito restrito de vagas e por isso é extremamente importante otimizar o aproveitamento delas com estudantes realmente carentes e dedicados.

Será necessário fazer-se conhecer para chamar a atenção dos alunos, mostrar-lhes uma expectativa de ingresso na Universidade e um eventual esforço recompensado. Deve parecer que vale a pena tentar, estudar, se aplicar, e que é possível fazer isso mesmo que não se tenha dinheiro, porque o curso que foi instalado por um grupo de universitários promete ser muito bom e barato.

A divulgação através da mídia é muito interessante se houver canais apropriados. Uma Diretoria de *Marketing* pode ser muito importante em uma hora dessas, quando é evidente a necessidade de aparições nos meios de comunicação, divulgando uma proposta de trabalho. Visitar escolas públicas entregando folhetos e pregando cartazes também costuma ser bastante efetivo.

O custo inicial dessas atividades poderá ser coberto pelo Centro Acadêmico da Faculdade, por patrocinadores ou pelos próprios envolvidos, mas é um gasto importante.

Quando a Associação Curso Vencedor iniciou suas atividades, as inscrições para uma de suas vagas eram feitas na Secretaria Municipal de Educação, em um livro onde se registrava o nome, o RG, o endereço e o telefone do interessado se tivesse.

Seguindo esse exemplo, deverá ser escolhido um local acessível onde os futuros alunos (ou candidatos a alunos) poderão se inscrever para o curso: a secretaria da faculdade ou algum outro lugar de fácil acesso ao público. Quando estiverem sendo realizadas as inscrições, será muito importante que os inscritos sejam avisados de que se houver mais procura que vagas disponíveis eles terão que passar por um processo de seleção: um “Vestibulinho”, além de um processo de “Avaliação de Renda” capaz de comprovar que são mesmo carentes. Será importante esclarecer, durante esse processo de divulgação, que a mensalidade não é e jamais será um limitante de ingresso, porque o sistema de bolsas é adequado às condições de renda de cada aluno.

Parece estranho se querer limitar os alunos numa atividade que prima pela democratização do ensino em sua concepção. No entanto, essas duas avaliações – a de Renda

e o Vestibulinho – possuem caracteres totalmente distintos. A primeira é essencial para garantir que os alunos do pré-vestibular sejam realmente pessoas carentes, ou seja, é um procedimento que visa a justiça do empreendimento, o atendimento dos seus objetivos. A segunda é inevitável: se não for possível atender a todos, que sejam atendidos os que têm mais chances de chegarem ao final e serem aprovados no Vestibular de alguma faculdade pública.

Se for possível estimar qual será a procura pelo curso no primeiro ano de atividades, e se concluir que com certeza haverá mais interessados que vagas disponíveis, então o Vestibulinho poderá ser divulgado como tal desde o princípio. A Avaliação de Renda, por sua vez, deverá ser obrigatória em quaisquer circunstâncias.

A seguir, serão feitos alguns comentários a cerca dessas duas avaliações.

3.5.3 *A Avaliação de Renda*

A Avaliação de Renda consiste num levantamento das condições sócio-econômicas do candidato, de forma a garantir um nível de carência que torne proibitivo a ele o custeio de um pré-vestibular comercial.

Será considerado, pois, sócio-economicamente apto ao curso todo candidato que comprovar incapacidade de arcar com os custos de um outro pré-vestibular comercial. Essa afirmação pode ser base de questionamentos, já que parece natural para muitas pessoas que devam ser escolhidos os candidatos considerados mais pobres. No entanto, basta uma análise mais cuidadosa da situação para perceber que ter capacidade ou não de custear algo é uma variável discreta com a renda.

Isso quer dizer que se um indivíduo que poderia pagar apenas 100,00 reais por um pré-vestibular estiver numa cidade onde o curso mais barato custa 200,00 reais, ele estará na mesma situação de falta de oportunidade que um outro que não pode pagar nem 10,00 reais. Ambos terão seus estudos bloqueados e nenhum dos dois poderá se preparar para a Universidade, igualmente, devido a problemas financeiros. Como o objetivo do curso é dar oportunidade àqueles que não a tem devido a limitações econômicas, os dois serão tratados de maneira idêntica – apesar de quê, depois de ingressarem no curso, a diferença de renda poderá direcionar o primeiro para o pagamento de uma pequena mensalidade e o segundo para uma bolsa integral.

O estabelecimento de critérios para essa Avaliação de Renda não é uma tarefa fácil, já que muitas informações poderão ser omitidas pelos candidatos sem que se tenham meios para averiguá-las. No CASD, essa Avaliação de Renda consiste em uma entrevista de caráter

sócio-econômico, feita com os candidatos aprovados no Vestibulinho. Essa entrevista é feita pessoalmente, depois de terem sido solicitados documentos como:

- Comprovante de que concluiu ou está concluindo o Ensino Médio em escola pública.
- Comprovante de residência, para eventual averiguação.
- Comprovantes de renda dos familiares: carteira de trabalho, holerites, declaração do imposto de renda, etc.
- IPTU da casa, IPVA de automóveis que possuem.
- Comprovantes de pagamento de aluguel, prestação de casa, faculdades de outros membros da família, plano de saúde.
- Declarações que comprovem carência.

Além dessa documentação, será feita uma série de perguntas através de um questionário padronizado, do tipo:

- Quantos cômodos há na residência?
- Quantas pessoas vivem da renda declarada?
- Qual a profissão e escolaridade dos pais?
- Já fez curso de Inglês? Com bolsa?
- Já parou de estudar alguma vez?
- Há alguém na família com curso superior?
- Realiza trabalho para ajudar no orçamento familiar?

Costumam ser reprovados, sem visita de averiguação:

- Candidatos que concluíram o Ensino Médio em instituições particulares, sem bolsas de estudos.
 - Candidatos que possuam pai e mãe com diploma de curso superior.
 - Candidatos cujas famílias possuam 2 ou mais automóveis.
 - Candidatos cuja “**renda per capita líquida**” seja superior a 1,5 salários mínimos.
- Para se calcular a “renda per capita líquida” – (RPL)- serão necessários:
- renda total mensal da família do candidato, seja por trabalho formal ou informal (R);

- número de pessoas que vivem da referida renda (N).

E as despesas mensais fixas com:

- moradia (aluguel ou prestação da casa própria) (DP);
- saúde (plano de saúde, medicamentos de uso crônico, etc) (DS);
- faculdades de outros membros (considera-se, nesse caso, que o fato de já haver alguém da família na faculdade pode servir de limitante para o outro que deseja também estudar) (DF);
- valor da mensalidade do pré-vestibular comercial mais barato da região (VM).

Segundo a expressão matemática:

$$RPL = \frac{R - DP - DS - DF - VM}{N} \quad (10)$$

Esta grandeza dá uma idéia do impacto do pagamento de um pré-vestibular no orçamento familiar.

Um critério razoável para a avaliação é exposto a seguir:

Sendo SM o valor do salário mínimo na região, estabelece-se:

- Se $RPL \leq 1 \text{ SM} \rightarrow$ candidato aprovado.
- Se $1 \text{ SM} < RPL \leq 1,5 \text{ SM} \rightarrow$ Refinar avaliação com possível visita de averiguação.
- Se $RPL > 1,5 \text{ SM} \rightarrow$ Candidato reprovado

Se houver dúvida quanto às condições de renda do candidato, o melhor que há a fazer é uma visita de averiguação, se houver recursos disponíveis, ou então telefonemas para a coleta de informações complementares.

É importante lembrar que, da mesma forma que a entrevista individual do processo de seleção de professores, a Entrevista de Avaliação de Renda precisa de um monitoramento depois de realizada para serem avaliados os seus resultados: é sempre importante se observar o perfil dos alunos ingressantes para se ter uma idéia se o processo está mesmo sendo capaz de separar mesmo os carentes dos não carentes.

3.5.4 *O Vestibulinho*

Antes da Entrevista de Avaliação de Renda, que serve para separar os candidatos que teriam ou não condições financeiras para custear pré-vestibulares comerciais, é comum que o número de jovens interessados em cursar o pré-vestibular seja muito grande, e por isso será necessário selecionar os intelectualmente mais bem preparados, pois se não é possível estender os benefícios a todos, que ele seja destinado pelo menos àqueles que teriam mais condições de acompanhar seu ritmo.

Para isso, mas só se a demanda por vagas no curso foi superior à oferta, será importante a aplicação de um exame intelectual.

A data desse exame deverá ser amplamente divulgada nas escolas públicas e nos meios de comunicação como condição de ingresso ao pré-vestibular. A prova deverá conter questões de conhecimentos gerais capazes de avaliar capacidade de leitura, interpretação de textos, lógica e cálculos matemáticos simples, atualidades e ciências, conhecimentos fundamentais nos aspectos essenciais ao bom acompanhamento das atividades no pré-vestibular.

O número de aprovados nesse exame pode ser até 2 vezes o número de vagas disponíveis, já que em geral grande parte dos candidatos nem sequer aparece na Avaliação de Renda, e outros tantos não são aprovados nela.

A exemplo, o CASD Vestibulares divulga os resultados do seu Vestibulinho no jornal considerando aprovados para a Avaliação de Renda todos os alunos que pertençam ao grupo dos 220 primeiros colocados (220 é o número de vagas disponíveis), e do 221º ao 440º como aprovados para a Entrevista de Avaliação Renda, mas na lista de espera. Esses números costumam ser suficientes para que sejam preenchidas todas as vagas do curso, sem necessidade de outras chamadas, o que poderia dificultar, e muito, a logística e o bom andamento das atividades.

Dessa forma, o corpo de alunos está estruturado. É possível começar o trabalho.

4 CONCLUSÃO

Falou-se da importância do trabalho social para os universitários e para os futuros profissionais que eles representam, indicando a essência de como fazê-lo: participando da educação e da propagação do conhecimento, que é seu bem mais precioso, para a população mais carente.

Além disso, foi estabelecido um paralelo entre aumento da escolaridade e aumento de renda, e foi levantado o papel que a Universidade possui no contexto de democratização do Ensino Superior, ainda muito elitizado, apontando-se o incentivo ao trabalho voluntário dos seus alunos como uma forma de participar desse processo ativamente.

Foi apresentado um modelo de empreendimento social universitário considerado bem sucedido, criado pelos alunos do ITA, e foi desenvolvida uma sistemática para dar a ele repetibilidade, permitindo que sirva de exemplo para outros universitários do país.

E nesse modelo, um grupo de estudantes universitários foi posto a trabalhar como dirigentes de um empreendimento em implantação, originando a primeira diretoria de um curso pré-vestibular para jovens carentes – o primeiro grupo de empreendedores da história de um pequeno negócio social, que inicialmente perseguiu o objetivo de obter instalações físicas e suporte de capital para dar início ao projeto.

Essa diretoria montou equipes e ampliou o número de voluntários, permitindo que a escola pudesse começar a ser uma escola: professores, aulas, horários, atividades, etc. E mais um exército de apoio que consumiu horas preciosas de suas vidas para poder crescer em cidadania. Depois disso, faltavam os alunos carentes, o motivo de existir desse desafio gerido por jovens tão jovens quanto eles.

E então esses alunos puderam ser selecionados, e um trabalho cuidadoso para garantir que somente os realmente carentes fossem beneficiados foi posto em prática, garantindo que os objetivos aos quais se propôs o empreendimento estariam sendo cumpridos. E comprometeu-se a melhorar esse processo a cada dia.

Tendo em vista essa conjuntura, pode-se dizer que a missão inicial à qual se propôs esse trabalho de graduação está terminada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As aulas já podem começar, e com elas sonhos vivificados de uma vida melhor para dezenas de olhos que brilham numa platéia esperançosa.

Há muito o quê fazer ainda, o trabalho só está começando. Cada dia letivo será um desafio ainda, e um aprendizado para todos.

Pode falar dinheiro, pode faltar conforto, pode faltar espaço...mas jamais faltará calor humano, jamais faltará partilha.

E o final do ano chegará e com ele cansaço, desânimo...a faculdade se tornará pesada, difícil, virão os exames finais, as noites mal-dormidas. Como conciliar tudo isso? Valeu a pena?

Cada aluno que ingressar na Universidade fará soar na cabeça daqueles que trabalharam tanto para permitir tamanha oportunidade:

*“Valeu a pena? Tudo vale a pena
Se a alma não é pequena.
Quem quer passar além do Bojador
Tem de passar além da dor.
Deus ao mar o perigo e o abismo deu,
Mas nele é que espelhou o céu.”*

Fernando Pessoa

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- [1] http://www.mct.gov.br/clima/comunic_old/ines022.htm
- [2] <http://www.geocities.com/maisbrasil/ancoras.htm>
- [3] <http://www.casdvest.org.br>
- [4] http://www.usp.br/jorusp/arquivo/2000/jusp533/manchet/rep_res/rep_int/univers8.html
- [5] <http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/ceae/outrosassuntos/23denovembro.htm>
- [6] <http://www.convest.unicamp.br/vest99/perfing.html>
- [7] <http://www.ppgcsa.com.br/leitura2.htm>
- [8] <http://www.mec.gov.br/acs/asp/ministro/uparq/2003.7.17.11.48.8.pdf>
- [9] <http://www.crea-rj.org.br/crea/divulgacao/publicacoes/cartilhas/fundarong/oquee.htm>
- [10] MATTOS, Carlos de Meira. A proliferação das ONG's, opus citatum. Revista de assuntos militares e problemas brasileiros. Ano LXXXVII - Nº 791, 2001.
- [11] <http://www.dialogonleadership.org/interviewKao.html>
- [12] ALTMANN, Helena. Processos de inclusão e exclusão no Ensino Superior. Mimeo. PUC-Rio, 2001.
- [13] DAUSTER, Tania. "Bolsistas" e "Elite" - tensão e mediação na construção diferencial de identidades de estudantes universitários. Mimeo, PUC-Rio, 2001.
- [14] <http://www.cta.br>
- [15] [http://www.abead.com.br/downloads/recursos/Missão e Visão-definições necessárias para um bom começo.doc](http://www.abead.com.br/downloads/recursos/Missão_e_Visão-definições_necessárias_para_um_bom_começo.doc)
- [16] <http://www.gastronomiabrasil.com.br>
- [17] MEYER, P.L., Probabilidade Aplicações à Estatística, Livros Técnicos e Científicos S.A, Rio de Janeiro, 1983.
- [18] GONÇALVES, Reinaldo. Distribuição de riqueza e renda: alternativa para a crise brasileira. In LESBAUPIN, Ivo (org). O desmonte da nação. Editora Vozes, Rio de Janeiro, 1999.
- [19] RIBEIRO, Darcy. Universidade para quê? Editora UNB, Brasília, 1986.
- [20] <http://www.portaldovoluntario.org.br>
- [21] <http://www.filantropia.org>
- [22] <http://www.socorristas.org.br>

7 SUGESTÕES PARA TRABALHOS POSTERIORES

1. Levantamento da eficácia quantitativa e qualitativa dos cursos pré-vestibulares para carentes em nível de aprovação – estudo do caso CASD Vestibulares.
2. Investigação da renda média dos jovens carentes entregues ao mercado de trabalho depois da experiência universitária comparada com a expectativa de renda fora dessa situação.
3. Aspectos gerais da inserção do estudante carente na realidade universitária.
4. Estratégias para a captação de recursos no Terceiro setor aplicadas ao contexto dos empreendimentos universitários.
5. Gestão estratégica de empreendimentos sociais baseados em trabalho voluntário universitário.
6. Administração geral para empreendimentos sociais de pequeno porte em ambientes universitários.

FOLHA DE REGISTRO DO DOCUMENTO

1. CLASSIFICAÇÃO/TIPO <p style="text-align: center;">TC</p>	2. DATA <p style="text-align: center;">24 de novembro de 2003</p>	3. DOCUMENTO N° <p style="text-align: center;">CTA/ITA-IEI/TC-007/2003</p>	4. N° DE PÁGINAS <p style="text-align: center;">58</p>
5. TÍTULO E SUBTÍTULO: Tratamento de modelo de demanda social – tornando a universidade acessível a pessoas de baixa renda			
6. AUTOR(ES): Alciel Alves Socorro			
7. INSTITUIÇÃO(ÕES)/ÓRGÃO(S) INTERNO(S)/DIVISÃO(ÕES): Instituto Tecnológico de Aeronáutica. Divisão de Engenharia de Infra-Estrutura Aeronáutica – ITA/IEI			
8. PALAVRAS-CHAVE SUGERIDAS PELO AUTOR: terceiro-setor, empreendedorismo, trabalho-voluntário, voluntariado, papel-social da universidade			
9. PALAVRAS-CHAVE RESULTANTES DE INDEXAÇÃO: Educação superior; Universidades; Trabalho voluntário; Empreendedorismo; Organizações não governamentais; Sociologia; Educação			
10. APRESENTAÇÃO: X Nacional Internacional Trabalho de Graduação, ITA, São José dos Campos, 2003. 70 páginas.			
11. RESUMO: A facilitação do ingresso de pessoas provenientes das classes sociais menos favorecidas às Universidades representa um passo muito importante na democratização do Ensino Superior, que ainda hoje é visto como um privilégio das elites: menos de 10% da população brasileira possui essa escolaridade. Os benefícios sociais de um processo como esse oscilam desde a melhor distribuição de renda, que no Brasil é uma das piores do mundo, até a quebra de longos ciclos de pobreza familiar. Apesar da existência das Universidades públicas, que são gratuitas e em tese suscetíveis de serem freqüentadas pelos mais pobres, o problema de acessibilidade à Educação Superior esbarra no Ensino Médio. Para que se possa cursar uma Universidade é necessário, antes de tudo, ser aprovado num exame de admissão – o vestibular. Nas Universidades públicas esses exames são tão concorridos que se favorecem aqueles candidatos que freqüentaram os colégios particulares – de melhor qualidade que os públicos, ou que puderam freqüentar cursos preparatórios – os conhecidos pré-vestibulares ou “cursinhos”. Para que haja uma melhor distribuição percentual entre estudantes provenientes das várias classes sociais, uma das maneiras que têm sido utilizadas para que a Universidade pública seja mais acessível aos mais carentes é o chamado “Sistema de cotas”, que representa um verdadeiro facilitador do exame vestibular. Esse sistema resume-se a adotar critérios de aprovação distintos para alunos de níveis socioeconômicos diferentes. Esse sistema tem gerado muitas controvérsias, permeadas inclusive por ações judiciais de candidatos que se sentiram injustiçados. Um dos argumentos mais fortes que vêm sendo utilizados contra esse sistema é o fato dele representar a aceitação da diferença no nível educacional entre pobres e ricos, sem propor uma maneira de solucioná-la. Felizmente, o sistema de cotas não é a única maneira de se facilitar o ingresso de estudantes provenientes da população mais carente na Universidade pública. Pode-se melhorar o seu nível educacional de tal forma a permitir que concorram em pé de igualdade nos exames vestibulares com aqueles que tiveram condições financeiras de custear uma educação de melhor qualidade. É nesse contexto que justamente se procura descrever, de maneira simples e didática, a estruturação e os aspectos gerais da implantação de um empreendimento de caráter social com base voluntária universitária, visando suprir a falta de projetos sociais que permitam a esses jovens intervirem substancialmente na melhoria de vida da população carente, oferecendo uma forma de corrigir deficiências educacionais que possam impedir o seu ingresso na Universidade pública. Para servir de ponto de partida na geração de oportunidades à população carente pelos estudantes universitários, em parceria com suas Universidades, que, cumprindo seu papel social, participarão da formação de profissionais verdadeiramente cidadãos e de uma sociedade mais justa foi escrito esse trabalho.			
12. GRAU DE SIGILO: (X) OSTENSIVO () RESERVADO () CONFIDENCIAL () SECRETO			